

Maio

Maio a Novembro: Curso de Especialização – Psicologia Aplicada à Obstetrícia. Incrições Abertas. Informações: (11) 5575-9851, (11) 5579-0549 ou www.proex.epm.br

[05] Debate sobre alternativas à Febem. Relato da experiência do Rio Grande do Sul. Local: CRP-SP, rua Arruda Alvim, 89. Horário: 19h30. Informações: (11) 3061-9494.

[12 a 14] XXI Simpósio de Psicologia e Cardiologia, no Arts & Covention Center. Avenida Macedo Soares, 499, em Campos de Jordão. Informações: (11) 3179-0044 ou eventos@sopces.org.br ou www.soces.org.br

[17] Audiovisual: “Para Conhecer Carl Gustav Jung”. Coordenação Ruben Riveras Valverde. Centro de Estudos Psicanalíticos. Gratuito. Incrições Abertas: (11) 3864-2330 ou www.centropsicanalise.com.br cep@centropsicanalise.com.br

[20] Debate: Psicanálise e Instituições de Atendimento à Criança. Gratuito. Com: Claudia Mascarenhas Fernandes, Jussara Falek Brauer e Moisés Rodrigues da Silva Junior. Centro de Estudos Psicanalíticos. Informações: (11) 3864-233 www.centropsicanalise.com.br cep@centropsicanalise.com.br

[23 a 28] Terapia Cognitiva e Transtornos de Ansiedade. Semana com Paul M.

Salkovskis. Local: Auditório Marcos Lindenberg – Escola Paulista de Medicina - Rua Botucatu, 862. Informações e Incrições: (11) 4166-5660 ou www.itc.web.com

Junho

[07 a 10] Conferência Internacional 2005. Em sua sétima edição, a conferência anual do Instituto Ethos tem como tema: “Parcerias para uma sociedade sustentável”. A conferência aprofundará discussões sobre desenvolvimento humano, ética, relações de trabalho, meio ambiente, consumo entre outros. Informações: (11) 4193-1018 ou www.ethos.org.br

[14] Audiovisual: “Para Conhecer Georg Groddeck”. Coordenação Ruben Riveras Valverde. Centro de Estudos Psicanalíticos. Gratuito. Incrições Abertas: (11) 3864-2330 ou www.centropsicanalise.com.br cep@centropsicanalise.com.br

[24] Debate: Violência e Psicanálise. Gratuito. Com: Isabel da Silva Kahn Marín, Mirian Debieux Rosa e Paulo Endo. Informações: (11) 3864-233 www.centropsicanalise.com.br cep@centropsicanalise.com.br

[25 e 26] I Congresso da Psicologia da Consciência. Local: Centro de Convenções B'NAI B'RITH, Rua Caçapava, nº105 -Jardim

Paulistano. Informações: (11) 5182-3372 / (11) 5183-8753 ou www.centraldeeventos.net cep@centropsicanalise.com.br

Setembro

Setembro a Outubro: Curso de Extensão em Psicologia Aplicada à Cardiologia. Centro de Eventos SOCESP, as segundas e quartas-feiras. Informações: (11) 3179-0044 ou eventos@sopces.org.br ou www.soces.org.br

[07 a 10] V Congresso da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar. O Congresso tem como objetivo incentivar e prestigiar a psicologia hospitalar através do desenvolvimento de trabalhos científicos que ampliem o seu campo de conhecimento teórico e técnico. Informações: (31) 3224-6154 ou www.sbph.org.br

[16] II Jornada em Comemoração ao Dia do Psicólogo. Centro de Eventos SOCESP, Conjunto Nacional, Av. Paulista, 2073, ed. Horsa I, 15º andar. Informações: (11) 3179-0044 ou eventos@sopces.org.br ou www.soces.org.br

Outubro

[12 a 16] 7º Congresso Internacional de Psicoterapias Corporais. Séc Pompéia. Este é o primeiro congresso de psicologia corporal a ser realizado no Brasil. Maiores Informações: www.cipc2005.org

psi

jornal de psicologia



crp sp

número 143 • fevereiro | maio 2005

18 de maio:

as luta antimanicomial e contra a exploração sexual de crianças têm o quê comemorar, apesar dos desafios

02 Editorial

Conversando com o Psicólogo O uso do CID-10 no trabalho do psicólogo

Ciência e Profissão Psicologia Escolar: a transformação da teoria e da prática

06 **Questões Éticas** Sigilo profissional volta a ser discutido pelo Conselho Regional de São Paulo

Formação A formação do psicólogo conectado à problemática da realidade avança nas instituições de ensino

10 **Orientação** A inscrição nos Conselhos Regionais de Psicologia também é exigida às pessoas jurídicas

Opinião Maria de Lourdes Trassi Teixeira discute a crise da instituição da Febem de São Paulo

12 **Seção Aberta** Luta antimanicomial comemora maioridade; A exploração sexual infanto-juvenil é combatida com a superação de tabus e preconceitos

Políticas Públicas Governo, entidades e movimentos juvenis se voltam para a realidade dos jovens brasileiros

Nuestra América Latina I Congresso Latino-americano da Psicologia vai debater realidade do continente

16 **Um Mundo Melhor é Possível** Psicologia ajuda indígenas a manter sua identidade

Interior Secretaria Especial dos Direitos e Políticas para Mulheres é inaugurada em São José do Rio Preto; Melhora na qualidade do atendimento na saúde pública reúne profissionais em Campos do Jordão

20 Livros

Estante

23 Mural

Agenda



Conselho Regional de Psicologia SP

Psi Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidente | Maria da Graça Marchina Gonçalves
Vice-presidente | Maria Ermínia Ciliberti
Secretária | Lúcia Fonseca de Toledo
Tesoureiro | Elisa Zaneratto Rosa

Conselheiros efetivos

Andréa Torres, Chica Hatakeyama Guimarães, Débora Cristina Fonseca, Elcimara Meire da Rocha Mantovani, Elcio dos Santos Sequeira, Fátima Regina Riani Costa Taino, José Roberto Heloani, Maria Cristina Barros Maciel Pellini, Maria José Medina da Rocha Berto, Marilene Preença Rebello de Souza, Patrícia Garcia de Souza

Conselheiros suplentes

Adriana Eiko Matsumoto, Ana Paula Pereira Jardim, Andréia de Conto Garbin, Carmem Sílvia Rotondano Taverna, Daniela Fogagnoli Elda Varanda Dunley Guedes Machado, Lumena Celi Teixeira, Maria Izabel do Nascimento Marques, Oliver Zancul Prado, Sandra Elena Sposito, Sueli Ferreira Schiavo, Valéria Castro Alves Cardoso Penachini, Vera Lúcia Fasanella Pompilio, Zuleika Fátima Vitoriano Olivian

Gerente-geral Diógenes Pepe

Comissão de Comunicação

Coordenadora | Andréa Torres
Membros | Adriana Eiko Matsumoto, José Roberto Heloani, Sueli Ferreira Schiavo e Oliver Zancul Prado

Edição e textos AIPY Comunicação Expandindo Horizontes
(11) 4152 8494

Jornalista Responsável H. Carrijo (MTB 17.396)

Colaboração Flávia Machado, Paula Crencêncio, Patrícia Rigonati

Projeto gráfico e Edição Fonte Design (11) 3081 5892

Ilustrações Juliana Migueletto e Gilberto Tomé

Foto capa Elder Tanaka

Impressão Supergráfica

Tiragem 55.000 exemplares

Periodicidade bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo – SP
tel. (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br
Site http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 3322 6224, 3322 3932
Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020
Campinas | tel. (19) 3243 7877, 3241 8516
Ribeirão Preto | tel. (16) 620 1377
Grande ABC | tel. (11) 4436 4000
Baixada Santista e Vale do Ribeira | tel. (13) 3235 2324, 3235 2441
São José do Rio Preto | tel. (17) 235 2883, 235 5047
Vale do Paraíba | tel. (12) 3631 1315

Expediente

“Em vez de perguntar por que o aluno não aprende, deve-se questionar as circunstâncias nas quais ele aprende e o professor ensina”

Elenita Tanamachi

“A criação da Secretaria Nacional da Juventude é o reconhecimento social da especificidade da juventude e possibilitará que as ações dos diversos ministérios atendam questões e demandas dos jovens brasileiros”

Maria Virgínia de Freitas

“Os adolescentes explorados sexualmente precisam do apoio e da proteção do Estado e da sociedade para que possam vislumbrar um futuro diferente. Entretanto, só com a mudança de paradigmas e preconceitos da própria sociedade é que conseguiremos reverter esse quadro”

Gorete Vasconcelos

“O psicólogo não deve se submeter a reproduzir diagnósticos de médicos sem elaborar o devido psicodiagnóstico e sustentar pareceres e laudos periciais expressos na tipificação do CID-10”

Inez Pistelli



A Psicologia por uma realidade mais justa

Muitas são as lutas dos que acreditam em um mundo melhor. Algumas apontam para importantes questões da realidade e têm em comum a necessidade de resgatar ou defender a dignidade humana nas mais diversas situações; de reconhecer que todos os indivíduos são sujeitos de direitos, estejam onde estiverem, venham de onde vierem, sejam como forem. E esse reconhecimento, para ser de fato, representa

um grande desafio, posto a qualquer profissional, posto a qualquer cidadão.

Como psicólogos, devemos nos apresentar e dizer, a partir de nosso conhecimento psicológico, da importância de uma sociedade sem manicômios. Dizer da ur-

gência de uma sociedade que proteja suas crianças da violência e da exploração sexual. Dizer da necessidade de uma sociedade que cuide de todos os seus jovens, inclusive os que cometeram ato infracional, garantindo seu direito ao futuro. Como psicólogos, temos também esses desafios a enfrentar.

O conhecimento da Psicologia permite-nos apontar quais condições de vida fazem do indivíduo um sujeito, capaz de decidir, de se proteger, de atuar de acordo com suas singularidades sem com isso prejudicar outros indivíduos, de atuar coletivamente, de ser solidário, de ter um projeto de vida. Enfim, um sujeito que sabe de seus direitos e luta por eles e que sabe que direitos individuais realizam-se juntamente com direitos sociais.

Estamos dizendo que a Psicologia deve estar presente nas mais diversas situações apontando quais são as condições que levam os indivíduos a serem sujeitos plenos e colaborando para criar essas condições. As notícias, reflexões e posições, que aqui apresentamos, vêm no sentido de colaborar com cada psicólogo, nas decisões cotidianas que deve tomar. E também no sentido de indicar a necessidade do debate que deve fortalecer cada um em sua luta diária, ao mesmo tempo em que deve fortalecer espaços coletivos, que nos organizem como categoria e nos afirmem com algumas possibilidades de ação diante da realidade e suas demandas.

O CRP/06 é um desses espaços que congrega os psicólogos na discussão crítica do exercício profissional. Assim o são também as diversas associações que organizam a Psicologia e se reúnem no Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira. Também nesse sentido, acompanhamos a organização da ULAPSI e a realização do seu I Congresso. Vemos o fortalecimento da Psicologia na América Latina como a ampliação de nossas lutas e nossos projetos em prol de uma sociedade mais justa. Já disse o poeta *"um sonho, que se sonha só, é só um sonho; um sonho, que se sonha junto, é realidade"*. O CRP/06 ocupa seu espaço junto à categoria com essa proposta: vamos sonhar uma realidade onde manicômios, Febens, crianças violentadas, indivíduos vilipendiados não existam. Onde todos os indivíduos se realizem como sujeitos.



CID-10, ferramenta auxiliar no trabalho do psicólogo

A Classificação Internacional de Doenças facilitou a comunicação entre os profissionais da saúde, mas não deve ser confundida como lei para estabelecer diagnósticos

A Classificação Internacional das Doenças facilitou a classificação usada para realização de diagnósticos psicológicos e tem a sua importância ao permitir tratamentos estatísticos, epidemiológicos, na medida em que busca estabelecer um acordo, uma convenção, que pode melhorar a comunicação entre os profissionais. É instrumento para a imediata compreensão dos quadros clínicos entre os profissionais de diferentes formações, áreas, e mesmo de países e línguas diferentes. Mas a psicóloga Inez Guimarães Pistelli, adverte que o uso equivocado desse instrumento pode gerar estigmas nos pacientes e tipificar problemas com terapêutica formalista, desconsiderando as reais expressões das necessidades e demandas de saúde do paciente.

Tânia Aiello Vaisberg, professora livre docente pelo Instituto de Psicologia da USP e orientadora dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia da USP e da PUC de Campinas, apesar de reconhecer as vantagens da CID-10 pelo mérito de eliminar os ruídos de linguagem entre os profissionais da saúde, é da opinião de que não há necessidade de o psicólogo usar o código. “Temos uma formação específica e a nossa prática baseia-se em conhecimentos de uma ciência que, apesar de dialogar com outros campos do saber, não se confunde com eles. A polaridade saúde-doença não é o eixo organizador do saber psicológico, nem mesmo na Psicologia Clínica”, argumenta.

Ela acrescenta que o psicólogo trabalha em vários campos além da saúde propriamente dita, como o ambiente escolar e jurídico. A seu ver, usar um instrumento de classificação internacional de “doenças” poderia, então, contribuir para um incremento discutível de “medicalização” de outras áreas da atividade humana. Ela continua lembrando que o currículo do psicólogo não lhe oferece base para diagnosticar doenças orgânicas, além do fato de a Psicologia ter desenvolvido a psicopatologia psicanalítica a partir de uma perspectiva bem diferente da visão médica. “A Psicologia, na verdade, questiona profundamente a medicalização da doença mental, a qual serviria para ocultar seus determinantes psico-sociais”, reforça.

Inez Pistelli considera normal o uso da CID-10 pelo psicólogo como “recurso auxiliar de sustentação do diagnóstico entendido por meio da abordagem teórico-técnica de sua formação, comparando suas observações e conclusões com as des-

crições classificadas no código”. Para ela, a CID-10 é importante para o psicólogo por favorecer a continuidade de conduta clínica, prognóstico, intervenção; por servir ao sigilo profissional, dado dificultar o acesso à decodificação da patologia, muitas vezes necessária para preservar direitos dos pacientes à não publicidade de suas doenças. Mas ressalta que auxiliar não é o mesmo que substituir o “inclinarse sobre a psicodinâmica, a história pregressa de relações, as circunstâncias atuais de subjetividade da pessoa em atendimentos psicodiagnósticos ou em qualquer outra área da saúde”.

Erros dessa natureza podem ser cometidos por profissionais que, agindo como assistentes judiciários das partes ou como peritos auxiliares da Justiça, tendem a incorrer em infrações éticas ou erros técnicos. Segundo Inez Pistelli, isso ocorre quando o psicólogo “submete-se a reproduzir diagnósticos de médicos sem elaborar o devido psicodiagnóstico e sustenta pare-

ceres e laudos periciais expressos na tipificação da CID-10”. Pistelli diz que em quase 25 anos na saúde pública, deparou-se com “psicólogos presumidamente experientes” que lançaram mão da classificação mais como “lei” do que como instrumento de mediação entre o quadro genérico e o caso concreto em estudo e intervenção psicológica. “Há ainda profissionais de saúde que se orientam sob prescrições bulárias de uma clínica já de muito comprovadamente insuficiente para responder às necessidades do sofrimento mental e das patologias psíquicas”, continua.

Inez sugere que as entidades, que representam a categoria, promovam debates para produzir a reflexão e auxiliar na mudança de paradigmas da clínica psicológica, “numa abordagem transdisciplinar, intersistêmica, dialógica, aberta a outras ‘gnoses’, no sentido de integrar saberes, olhares clínicos e recursos múltiplos para melhor diagnosticar pessoas, grupos, instituições e até mesmo um território”. ●



CID 10

A classificação estatística das patologias é uma preocupação da área da saúde que tem registro no século XVIII. Naquela época, as revisões diziam respeito somente às causas de morte. Só a partir de 1948, suas finalidades se expandiram passando a incluir doenças não fatais. A última e décima revisão aconteceu nos anos de 1984 e 1987 e definiu uma classificação estatística de doenças e de outros problemas de saúde - para servir a uma variedade de necessidades quer para mortalidade quer para dados de assistência à saúde. Foram estudadas maneiras de estabilizar o sistema de códigos visando minimizar a descontinuidade em sucessivas revisões, bem como a possibilidade de prover um melhor equilíbrio entre o conteúdo dos diferentes capítulos da CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde). O governo brasileiro implantou a CID-10 em janeiro de 1988 nos itens Morbidade Hospitalar e Ambulatorial, compatibilizando, assim, o Sistema de Informação de Mortalidade.

A principal inovação das propostas para a décima revisão foi o uso de um esquema de código alfanumérico que consiste em uma letra seguida de três números a nível de quatro caracteres. Este fato mais que dobrou o tamanho do conjunto de códigos quando se compara à nona revisão, e possibilitou que, para a grande maioria dos capítulos, fosse atribuída uma única letra, cada uma das quais possibilitando 100 categorias de três caracteres. O capítulo que interessa aos profissionais da saúde mental é o V (F00-F99) que trata de transtornos mentais e comportamentais.

Existem atualmente nove Centros Colaboradores da Organização Mundial da Saúde para a Classificação de Doenças que prestam assistência aos países no desenvolvimento e no uso de classificações relacionadas à saúde e, particularmente, no uso da CID. Além dos Centros Colaboradores da OMS oficiais, existem vários centros de referência nacionais que os usuários podem inicialmente consultar quando houver necessidade. No Brasil, esse centro fica na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais (F00-F99)

F00-F09 Transtornos mentais orgânicos, inclusive os sintomáticos

F00* Demência na doença de Alzheimer (G30.-†)

F01 Demência vascular

F02* Demência em outras doenças classificadas em outra parte

F03 Demência não especificada

F04 Síndrome amnésica orgânica não induzida pelo álcool ou por outras substâncias psicoativas

F05 Delírium não induzido pelo álcool ou por outras substâncias psicoativas

F06 Outros transtornos mentais devidos a lesão e disfunção cerebral e a doença física

F07 Transtornos de personalidade e do comportamento devidos a doença, a lesão e a disfunção cerebral

F09 Transtorno mental orgânico ou sintomático não especificado

F10-F19 Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de substância psicoativa

F10 Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool

F11 Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de opiáceos

F12 Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de canabinóides

F13 Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de sedativos e hipnóticos

F14 Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso da cocaína

F15 Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de outros estimulantes, inclusive a cafeína

F16 Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de alucinógenos

F17 Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de fumo

F18 Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de solventes voláteis

F19 Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de múltiplas drogas e ao uso de outras substâncias psicoativas

F20-F29 Esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e transtornos delirantes

F20 Esquizofrenia

F21 Transtorno esquizotípico

F22 Transtornos delirantes persistentes

F23 Transtornos psicóticos agudos e transitórios

F24 Transtorno delirante induzido

F25 Transtornos esquizoafetivos

F28 Outros transtornos psicóticos não-orgânicos

F29 Psicose não-orgânica não especificada

F30-F39 Transtornos do humor [afetivos]

F30 Episódio maníaco

F31 Transtorno afetivo bipolar

F32 Episódios depressivos

F33 Transtorno depressivo recorrente

F34 Transtornos de humor [afetivos] persistentes

F38 Outros transtornos do humor [afetivos]

F39 Transtorno do humor [afetivo] não especificado

F40-F48 Transtornos neuróticos, transtornos relacionados com o "stress" e transtornos somatoformes

F40 Transtornos fóbico-ansiosos

F41 Outros transtornos ansiosos

F42 Transtorno obsessivo-compulsivo

F43 Reações ao "stress" grave e transtornos de adaptação

F44 Transtornos dissociativos [de conversão]

F45 Transtornos somatoformes

F48 Outros transtornos neuróticos

F50-F59 Síndromes comportamentais associadas a disfunções fisiológicas e a fatores físicos

F50 Transtornos da alimentação

F51 Transtornos não-orgânicos do sono devidos a fatores emocionais

F52 Disfunção sexual, não causada por transtorno ou doença orgânica

F53 Transtornos mentais e comportamentais associados ao puerpério, não classificados em outra parte

F54 Fatores psicológicos ou comportamentais associados a doença ou a transtornos classificados em outra parte

F55 Abuso de substâncias que não produzem dependência

F59 Síndromes comportamentais associadas a transtornos das funções fisiológicas e a fatores físicos, não especificadas

F60-F69 Transtornos da personalidade e do comportamento do adulto

F60 Transtornos específicos da personalidade

F61 Transtornos mistos da personalidade e outros transtornos da personalidade

F62 Modificações duradouras da personalidade não atribuíveis a lesão ou doença cerebral

F63 Transtornos dos hábitos e dos impulsos

F64 Transtornos da identidade sexual

F65 Transtornos da preferência sexual

F66 Transtornos psicológicos e comportamentais associados ao desenvolvimento sexual e à sua orientação

F68 Outros transtornos da personalidade e do comportamento do adulto

F69 Transtorno da personalidade e do comportamento do adulto, não especificado

F70-F79 Retardo mental

F70 Retardo mental leve

F71 Retardo mental moderado

F72 Retardo mental grave

F73 Retardo mental profundo

F78 Outro retardo mental

F79 Retardo mental não especificado

F80-F89 Transtornos do desenvolvimento psicológico

F80 Transtornos específicos do desenvolvimento da fala e da linguagem

F81 Transtornos específicos do desenvolvimento das habilidades escolares

F82 Transtorno específico do desenvolvimento motor

F83 Transtornos específicos misto do desenvolvimento

F84 Transtornos globais do desenvolvimento

F88 Outros transtornos do desenvolvimento psicológico

F89 Transtorno do desenvolvimento psicológico não especificado

F90-F98 Transtornos do comportamento e transtornos emocionais que aparecem habitualmente durante a infância ou a adolescência

F90 Transtornos hipercinéticos

F91 Distúrbios de conduta

F92 Transtornos mistos de conduta e das emoções

F93 Transtornos emocionais com início especificamente na infância

F94 Transtornos do funcionamento social com início especificamente durante a infância ou a adolescência

F95 Tiques

F98 Outros transtornos comportamentais e emocionais com início habitualmente durante a infância ou a adolescência

F99 Transtorno mental não especificado

F99 Transtorno mental não especificado em outra parte

Psicologia Escolar: a transformação da teoria e da prática

Uma das áreas mais antigas da profissão enfrenta o desafio de mudar o foco da aprendizagem

Como é peculiar às ciências, a elaboração do conhecimento é um processo constante. Segundo Marisa Meira, supervisora de Estágio em Psicologia da Educação na Unesp-Bauru, o desenvolvimento histórico da Psicologia Escolar tem colocado uma série de desafios teóricos, filosóficos e práticos para os quais nem sempre se apresentam respostas satisfatórias. As críticas contundentes das quais a área tem sido alvo, principalmente a partir da década de 80, vêm evidenciando com clareza a necessidade de se buscar novas possibilidades de conceituação e atuação em uma perspectiva crítica.

Para ela, o modelo tradicional de atuação do psicólogo escolar vem sustentando os processos de “culpabilização” dos alunos. “Problemas de aprendizagem e ajustamento dos alunos à escola são explicados como consequência de dificuldades orgânicas; de características individuais de personalidade, capacidade intelectual ou habilidades perceptivo-motoras; de problemas afetivos e vivenciais; de comportamentos inadequados; de carências psicológicas e culturais; de dificuldades de linguagem; de desnutrição; de despreparo para enfrentar as tarefas da escola; e de falta de apoio da família”, diz ela. “Nesta perspectiva”, continua, “constrói-se uma visão clínica tradicional do trabalho do psicólogo escolar a partir da qual ele se volta para o diagnóstico e tratamento dos problemas que se supõe serem dos alunos”.

Professora de Psicologia Escolar aposentada da Unesp-Bauru, Elenita Tanamachi reforça a idéia explicando que ainda hoje os psicólogos são solicitados a justificar o mau rendimento do estudante, o que contribui para a manutenção do *status quo* da educação. Para ela, “a Psicologia Escolar deixa de considerar a condição multideterminada do fenômeno educativo e passa a tratar questões sociais como individuais e de ordem meramente psicológica”. Haveria uma naturalização do contexto social e uma supervalorização das ações do psicólogo entendido, muitas vezes, como o “resolvedor de problemas”.

Tanamachi explica que essa visão hegemônica de Psicologia Escolar tem origem em explicações trazidas das ciências naturais e só pôde ser denunciada quando se analisou as relações entre o contexto histórico-cultural, a educação escolar e a história da própria Psicologia como ciência. Essa crítica foi enfocada no final da década de 70 por Maria Helena Souza Patto, do Instituto de Psicologia - USP. “É dessa pesquisadora a constatação de que por caminhos teóricos e práticas variadas, a aparente heterogeneidade do trabalho da Psicologia na Educação revela uma unidade ideológica, traduzida pela ênfase na adaptação e na busca de causas particulares dos indivíduos para o fracasso na educação escolar”, diz.

Para elas, a superação dessa realidade demandou inúmeras questões como as fina-

lidades da Psicologia e da Educação no contexto da sociedade, visando relacionar as dimensões social e educativa na formação e atuação do psicólogo; a busca de um referencial teórico-filosófico e metodológico que subsidiasse uma postura tecnicamente competente e politicamente comprometida com a transformação da própria Psicologia e da Educação no sentido de finalidades humanizadoras.

Com o intuito de responder a esse contexto histórico da Psicologia na Educação, Elenita Tanamachi, que coordena um grupo de estudos sobre Vigotski pelo LIEPPE (Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar), no IP-USP, aponta o estudo desse autor como referência importante para a Psicologia Escolar. “Por princípio, as categorias utilizadas para o estudo das relações desenvolvimento-aprendizagem, pensamento-linguagem e consciência-emoções, principais temas enfocados por Vigotski, exigem a mudança da pergunta posta ao psicólogo. Em vez de por quê, deve-se questionar as circunstâncias nas quais o aluno aprende e o professor ensina”, diferencia ela. Essa nova pergunta colocaria a Psicologia como área do conhecimento presente no processo educativo e se proporia a explicar o modo como os conteúdos escolares são apropriados pelos alunos.

Marisa Meira acrescenta que a teoria de Vigotski supera uma idéia ainda muito frequente, segundo a qual a aprendizagem depende diretamente do desenvolvimento. Nesta perspectiva, determinados alunos apresentariam dificuldades, porque não teriam atingido o nível de desenvolvimento psico-intelectual necessário. “Para Vigotski, o ensino não deve estar a reboque do desenvolvimento. Ao contrário, um processo de aprendizagem adequadamente organizado é capaz de ativar processos de desenvolvimento”, lembra.

Para Meira, essa forma de compreender as relações entre desenvolvimento e aprendizagem aponta para o resgate do papel ativo do professor em relação aos processos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os alunos, especialmente daqueles que apresentam mais dificuldades.

Meira acredita que a percepção do “evidente” fracasso da escola atual estaria induzindo cada vez mais as pessoas a se envolver em novas práticas com a preocupação de que o professor se aproprie das funções antes atribuídas ao psicólogo. “Isso ajuda a construir novas possibilidades de ação e o professor passa a ter maior clareza de que a educação é um fator de transformação e humanização”, argumenta.

Elenita Tanamachi reconhece a presença ainda hegemônica da concepção tradicional de Psicologia Escolar nos cursos de formação de psicólogos, mas percebe um aumento sensível de projetos de pesquisas e de exten-



Elder Tanaka

são com críticas à elaboração de conhecimento teórico-prático na área. Nesse sentido, sugere que os cursos de Formação considerem a Psicologia Escolar como “área de estudos da Psicologia e de atuação e formação do psicólogo, tendo no contexto escolar o foco de sua atenção e na revisão dos conhecimentos acumulados pela Psicologia, pela Filosofia, pela Pedagogia e pela Sociologia”.

Marisa Meira acrescenta que essas modificações devem ser dirigidas também a quem já está no mercado. Nesse aspecto, ela defende que os Conselhos Regionais de Psicologia e as universidades promovam situações para fazer circular a idéia de uma nova Psicologia Escolar entre os profissionais que já atuam na área. Outro desafio seria modificar a legislação para permitir a contratação de psicólogos escolares junto à rede pública de ensino, já que hoje não se pode utilizar verbas da educação para o pagamento desses profissionais.

A professora Elenita Tanamachi propõe outras iniciativas importantes para que a Psicologia Escolar amplie espaços no interior da educação. Seria preciso insistir na formação teórico-prática dos educadores e dos psicólogos voltada ao conhecimento e que fossem explicitadas as finalidades dos indivíduos e do próprio conhecimento para garantir a atividade consciente, livre e autônoma em Psicologia e Educação. ●

A ética e o sigilo profissional: reflexões para um novo código

Psicólogos discutem qual é o objeto de sigilo nas diversas práticas



Apesar de ampla e longamente debatido, o novo Código de Ética da Psicologia revelou aspectos que exigiram outra etapa de discussões. O núcleo dessas questões foi o sigilo das informações a que o psicólogo tem acesso em seu trabalho. Questões como as diferenças entre direitos privados e públicos e o que separa a ética profissional da ética cidadã também ocuparam a pauta do evento “A ética e o sigilo profissional: reflexões para um novo código”, que aconteceu nos dias 1 e 2 de abril no Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. O encontro produziu princípios e artigos para o Código de Ética sobre o tema do sigilo profissional que serão encaminhados ao Conselho Federal de Psicologia. A sistematização da produção feita em todo o Brasil, através de eventos organizados pelos 16 Conselhos Regionais, passarão pela deliberação da APAF (Assembleia das Políticas Administrativas e Financeiras), que se reunirá em maio para apreciar as propostas.

Segundo Patrícia Garcia de Souza, coordenadora da Comissão de Ética do CRP SP, o evento foi importante para se pensar melhor o que significa o sigilo, suas implicações e sutilezas, suas circunstâncias e reflexos nas diferentes áreas de atuação dos psicólogos. “Procuramos esclarecer mais precisamente do que nós estamos falando quando a gente discute sigilo. É proteção à quem ou à que? Ou seja, o que deve ser protegido pelo sigilo? Antes de mais nada, é necessária a correta e ampla compreensão do termo. Trazer seu conceito sob dois aspectos fundamentais que se referem ao paciente enquanto cidadão inserido em sua sociedade: o do direito público e o do privado”, ressalta ela.

Processo de discussão

As discussões do Código de Ética começaram nos fóruns regionais, e o grande Fórum Nacional de Ética aconteceu em Brasília com representantes do Brasil inteiro. Através de um processo democrático, os psicólogos foram convidados a trazer suas questões em relação à sua prática. A partir daí, foram formulados outros princípios, adaptando os artigos aos já existentes e criando outros. Tratava-se do código inteiro. Diretrizes fundamentais na profissão foram traçadas e artigos definidos para o novo código.

Depois de fechados, os artigos foram levados para discussão junto à categoria de maneira que pudessem ser reflexos dos resultados das produções dos fóruns. No dia 18 de dezembro de 2004, em Brasília, o Código de Ética foi mais uma vez discutido no âmbito da APAF (encontro que reúne representantes de todos os Conselhos Regionais e do Conselho Federal de Psicologia). O sigilo profissional foi o assunto que mereceu especial atenção, sendo deliberado nesse encontro que todo o Sistema Conselhos pudesse novamente voltar-se para o tema e debater com os profissionais de suas regiões.

As sugestões apresentadas no evento organizado pelo Conselho Regional de São Paulo serão encaminhadas para o CFP para a sistematização, juntamente com as propostas elaboradas pelos demais Conselhos Regionais do país. Todas as sugestões produzidas serão apreciadas em maio deste ano, na APAF, para que sejam aprovados os artigos sobre o sigilo, concluindo o processo de construção do novo Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Patrícia explica que a ideia de nova rodada de discussão foi a de reunir o maior número de argumentos, tanto do ponto de vista da categoria, chamando para dialogar campos diferentes da Psicologia, quanto de uma perspectiva multidisciplinar, sendo que para isso contou-se, no CRP-SP, com o olhar da Filosofia e do Direito sobre o tema. As opiniões contrastantes já eram esperadas, até por conta da diversidade da profissão.

Para ela, embora muitas vezes o sigilo seja tratado como se todos tivessem a mesma compreensão da questão, o assunto comporta diversas interpretações e conforme as discussões vão se aguçando, reconhece-se a necessidade de debater a di-

versidade, buscando unificar o entendimento para a construção de princípios comuns para nortear a ação ética em Psicologia. “Conseguir um resultado positivo para a ação da Psicologia é estabelecer um código de ética que espelhe nosso posicionamento em relação ao cidadão meu cliente e ao cidadão desse Brasil”, defende. “E a ética envolve a criação de princípios de relacionamento com o mundo e entre os indivíduos”, ressalta.

Todo o processo de discussão para um novo Código de Ética, passando pelo sigilo profissional, teve a pretensão de trazer à luz como a Psicologia está vivenciando isso, como está a ação do psicólogo em um tempo de muitas trans-

formações, novas demandas e outra dinâmica social.

Patrícia argumenta que a complexidade da matéria fundamenta-se no fato de a Psicologia não ser uma só. "Ela é diversa, tem várias caras, assim como a população que atendemos. Pode ser um índio como pode ser um empresário. Como ela possui diferentes ações, a questão interfere de formas diferentes no exercício do profissional", pondera. A questão do sigilo não é definir se devemos ser mais padres ou policiais, mas sim repensarmos a profissão atuando em realidades diversas e que a ética é um viés fundamental neste encontro da Psicologia com o contexto", diz. A coordenadora da Comissão de Ética do CRP SP esclarece que o evento acon-

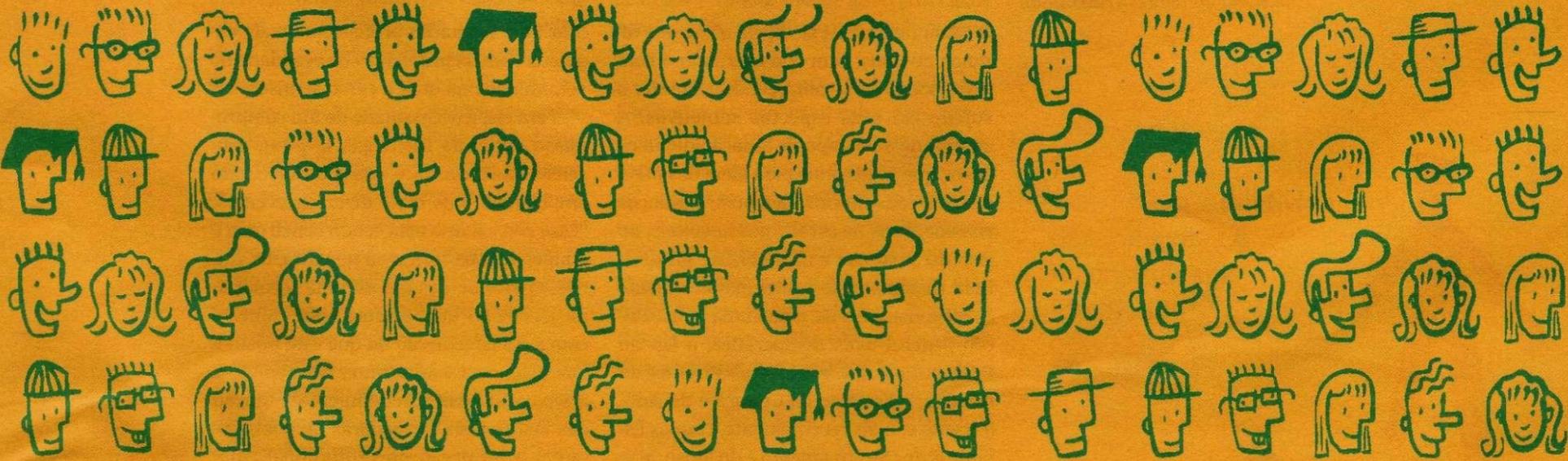
teceu na tentativa de se encontrar outra perspectiva que não aprisionasse a categoria em qualquer um desses pólos.

A discussão do sigilo profissional tocou em aspectos como que direitos são garantidos ao cidadão e quais as proteções que devem ser oferecidas à sociedade. Daí, o cuidado de identificar as consequências que os artigos elaborados pela categoria vão produzir para a população e para o indivíduo.

Participaram do encontro psicólogos de várias áreas de atuação, filósofos, psicanalistas, advogados e instituições de ensino. Patrícia acredita que o debate contribuiu para que a Psicologia desse mais um passo em direção ao desenvolvimento e à amplitude em seu campo de atuação. ●

O Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região, em cumprimento à decisão protocolada no Processo Ético nº 14/03, aplicou a penalização de Censura Pública à psicóloga Telma Regina Galvão - CRP/SP 7601.

O Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região, em cumprimento à decisão protocolada no Processo Ético CFP nº 3777/04, aplicou a penalização de Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias à psicóloga Jocélia Cenci - CRP SP 28949, o que se deu no período de 16 de fevereiro de 2005 à 17 de março de 2005.



Processos Éticos

Publicidade Profissional e Qualidade na Prestação de Serviços Psicológicos

C., candidato à Carteira Nacional de Habilitação (CNH), ao realizar exame médico numa clínica, foi encaminhado para exame psicotécnico com o psicólogo F.. Na ocasião, informaram-lhe que o exame deveria ser feito com o mesmo, embora posteriormente um amigo lhe esclareceu que poderia ser feito também em outro local. Na clínica, recebeu o cartão de visita do referido Psicólogo, com o seguinte conteúdo: nome da clínica, tipo de atendimento prestado (que se referia ao exame psicotécnico para motoristas), nome do psicólogo e sua profissão, endereço da clínica e texto contendo a oferta de um brinde caso o candidato procurasse a clínica. Posteriormente, foi informado à C. que o profissional costumava dar brindes aos candidatos e às auto-escolas que mais lhes enviavam candidatos.

No que tange à oferta de "um brinde especial", é sabido que o profissional não pode induzir alguém a recorrer aos seus serviços. Tal publicidade faz com que o candidato o procure por lhe ser oferecido algo em troca da preferência com o agravante, neste caso, de que o recurso utilizado poderá interferir na prestação do serviço caso o candidato imagine que obterá algum favorecimento na avaliação se não conseguir, por si só, atingir seus objetivos:

Art. 2º - Ao psicólogo é vedado:

f) induzir qualquer pessoa a recorrer a seus serviços.

...

n) estabelecer com a pessoa do atendido relacionamento que possa interferir negativamente nos objetivos do atendimento ...

A oferta de um "brinde especial" caracteriza concorrência desleal com seus pares e se encontra fora dos princípios éticos da conduta profissional, ao visar, com isso, arrebatando mais clientes que o concorrente. Entende-se, portanto, que os serviços psicológicos não devem dar direito a "brindes" ou "ganhos extras", mas sim como os serviços profissionais de qualidade.

Art. 38º - É vedado ao Psicólogo: ...

g) fazer autopromoção em detrimento de outros profissionais da área ...

Quanto à forma de divulgar seus serviços, o Código de Ética dos Psicólogos estabelece normas para a publicidade, dentre as quais que o profissional deve informar o número de seu registro no órgão de classe. Isso ocorre para garantir aos usuários que o psicólogo está legalmente habilitado para a atividade profissional.

Art. 37º - O Psicólogo, ao promover publicamente seus serviços, informará com exatidão seu número de registro, suas habilitações e qualificações, limitando-se a estas.

Considerando a necessidade de normatização e qualificação de procedimentos relacionados à prática da avaliação psicológica de candidatos à CNH e condutores de veículos automotores, o Conselho instituiu a Resolução CFP 12/00, a Resolução CFP 18/00 artigos 84º a 89º, e a Resolução CFP 16/02 sobre a matéria (que podem ser consultados pelo site do Conselho). É importante lembrar que há limite de 10 avaliações ao dia por psicólogo credenciado para essa finalidade, ainda que parte das tarefas sejam delegadas a estagiários de Psicologia, sob a supervisão do profissional psicólogo, conforme dispõe:

RESOLUÇÃO CFP N.º 018/2000

Art. 86º - Cada psicólogo só poderá efetuar atendimento de, no máximo, 10 (dez) candidatos por jornada diária de trabalho.

Cabe frisar que a qualidade dos serviços profissionais oferecidos por um psicólogo também envolve a forma como a publicidade destes é realizada. É nossa responsabilidade divulgar adequadamente nossas práticas buscando levar ao conhecimento da sociedade a qualificação do exercício profissional do psicólogo.

Compromisso social, o que os cursos têm a ver com isso?

A formação do psicólogo conectado à problemática da realidade avança nas instituições de ensino

O caminho, que a Psicologia trilha nos últimos 20 anos, vem considerando o contexto social para compreender e ajudar o sujeito em seus aspectos subjetivos. A amplitude do campo de atuação dessa ciência, que se expande para além das paredes dos consultórios, demonstra avanços consideráveis na escola, nos hospitais, no sistema prisional e na ambiente jurídico. Essa transmutação ocorre paralelamente às conquistas legais, como uma Constituição Federal mais democrática, a Lei do Consumidor que garante os direitos do cidadão, o Estatuto da Criança e do Adolescente e, mais recentemente, com os Estatutos do Desarmamento e do Idoso. Mas será que o psicólogo sai da faculdade ciente de seu papel transformador?

Para a doutora em Psicologia Social e professora da Universidade Taubaté, Cecília Pescatore, a resposta não é afirmativa, mas otimista. Segundo ela, "as modificações na estrutura dos cursos envolvendo atividades curriculares em torno dos eixos estruturantes, assim como as propostas de estágios supervisionados, estão marcadas por objetivos que deverão faci-

litar uma formação profissional mais engajada com os problemas da realidade da comunidade na qual o curso se insere".

Para ela, a necessidade de um compromisso social da Psicologia já é um consenso na categoria e tem sido discutido amplamente nos mais diversos eventos. "Essa consciência está sendo construída e atinge, de uma forma ou de outra, os alunos. O grande desafio de uma formação do psicólogo que assuma compromisso com a transformação do que está posto é que este, necessariamente, nos remete à reflexão sobre uma redefinição da função das instituições formadoras de possibilitarem a formação do profissional cidadão", diz.

Pescatore lembra que essas reflexões começaram a se processar, em 1992, quando o Conselho Federal de Psicologia promoveu um amplo debate sobre a reformulação dos cursos de Psicologia com 98 representantes de instituições superiores de ensino, do qual foi elaborada "A carta de Serra Negra". No documento, constavam os princípios para pensar a formação e qualificação dos currículos em Psicologia.





O processo seria revitalizado nos últimos cinco anos com as propostas, discussões, apresentações de novas versões e com a homologação das diretrizes curriculares para o curso de Psicologia.

O longo processo contou com a participação das entidades de Psicologia e das instituições de ensino, o que teria permitido transformações significativas ao considerar que a formação do psicólogo deveria ser ampla, respeitando a multiplicidade de suas concepções teóricas e metodológicas, originadas em diferentes paradigmas e modos distintos de compreender a ciência, assim como a diversidade de suas práticas e contextos vários de atu-

ação. “Foram também valorizadas as ações multidisciplinares, a exploração das interfaces com outras áreas e as profissões, levando em conta a expansão da atuação profissional para novos contextos”, ressaltou Pescatore.

A presidente da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, Inara Barbosa Leão, diz que, pelos diálogos que a ABEP tem mantido com várias instituições de ensino, tanto as que oferecem a formação no nível de graduação quanto as que se dedicam aos cursos de especialização, constatou-se que a grande maioria se preocupa em oferecer a formação que contemple o papel transformador do psicólogo. “É claramente perceptível, principalmente, pelas propostas presentes nas novas estruturas dos cursos elaboradas a partir das Diretrizes de abril de 2004 para o ensino de Psicologia. As ênfases propostas e a organização do núcleo comum buscam contemplar as possibilidades para que a Psicologia intervenha e promova a explicitação das condições sociais como determinantes das características subjetivas dos sujeitos e as possibilidades de superação destas determinações”, diz Inara. Isso seria a base, continua ela, para a ampliação das consciências de forma a permitir relações e ações no âmbito social e minimizar a submissão a fatores que impedem o usufruto das melhores condições de vida já disponíveis na sociedade.

A professora doutora em Psicologia da Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Cynthia Pereira de Medeiros, também acredita que as instituições de ensino têm acompanhado o processo de transformação. Ela afirma que o tripé ensino-pesquisa-extensão, que sustenta as universidades públicas e gratuitas do país, constitui-se num mecanismo fundamental do processo de engajamento social. No entanto, este mecanismo se daria a partir de uma formação teórica sólida que pudesse se transformar em uma *praxis* crí-

tica e reflexiva. Ela observa que é improvável que a formação dos alunos não esteja permeada por esse compromisso, uma vez que há uma “inestimável produção no campo da Psicologia e intensa construção de práticas que constroem o conhecimento psicológico”.

Inara Leão, da Abep, acredita também que as atividades práticas junto aos diferentes espaços sociais, aos projetos voltados para a população em geral, que abarquem as necessidades apresentadas pela classe trabalhadora, exercem influência no resultado da formação do aluno nos cursos de Psicologia. Mas ela defende que haja outras modificações no domínio teórico, incluindo autores mais contemporâneos, e maior implementação de pesquisas vinculadas a problemáticas relativas às situações de vida prática, explicitadas pela relação atual entre os indivíduos e as condições sociais que os cercam.

Paralelamente ao acompanhamento da implantação e implementação das novas propostas originadas, principalmente, pelas Diretrizes Curriculares, Inara adiantou que a Abep pleiteia a sua participação e das demais entidades componentes do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira na construção dos parâmetros norteadores de avaliação dos cursos, incluindo o aspecto de formação focado no social. “Já iniciamos conversações com o INEP/MEC nesse sentido e pretendemos que esta seja uma das temáticas do V Encontro Nacional da Abep a ser realizado em setembro próximo, em São Paulo”, revelou.

A professora Cecília Pescatore considera que essas implementações são um dos desafios que se apresenta a todos envolvidos na formação do psicólogo. “É preciso construir condições reflexivas e identificações afetivas que possibilitem ao aluno, ao psicólogo, ao professor contato com as contradições vividas no cotidiano”, recomenda. ●

Associações, entidades filantrópicas, empresas, clínicas e escolas de Psicologia devem se registrar/cadastrar no CRP/SP

A inscrição é exigida pela Resolução CFP nº 18/2000

A Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP/SP está empenhada em informar os psicólogos sobre a necessidade de se fazer a inscrição de pessoa jurídica. Já é sabido que para o profissional em Psicologia exercer a profissão, além do diploma obtido em uma instituição de ensino reconhecida pelo MEC, ele deve cumprir a exigência de estar inscrito e com a situação regularizada junto ao Conselho Regional de Psicologia. Assim também acontece com as pessoas jurídicas que ofereçam serviços de Psicologia ou tenham em seu quadro funcional psicólogos que ofereçam tais serviços.

De forma bastante resumida, pode-se dizer que pessoa jurídica é uma pessoa não natural, mas legalmente constituída, por pessoa(s) natural(ais), para realizar um determinado fim (comercial, com ou sem fins lucrativos, fins sociais, etc), com direitos e obrigações perante terceiros (sociedade/Estado), respondendo por seus atos, na pessoa de seu representante legal. Geralmente, configura-se como uma empresa e deve preencher os requisitos da legislação relativa ao assunto.

Tanto uma pessoa, assim como um conjunto de profissionais, pode constituir uma PJ e oferecer serviços de Psicologia. Muitas vezes, o psicólogo pode ser chamado a compor um grupo com profissionais de outras áreas ou ser convidado a trabalhar para alguma PJ já constituída interessada em prestar o serviço de Psicologia.

Por que a obrigatoriedade de inscrição da PJ?

A atividade profissional em Psicologia, assim como de diversas outras categorias profissionais, são acompanhadas pelo órgão responsável por zelar pela qualidade dos serviços oferecidos à sociedade: os Conselhos, que têm como atribuição orientar, fiscalizar e normatizar o exercício profissional. Assim, em todo lugar e sempre que se desenvolvam atividades profissionais em Psicologia, os Conselhos

devem cumprir as suas atribuições tendo em vista tanto oferecer um serviço de qualidade quanto dirimir dúvidas que a sociedade possa manifestar em relação à categoria, à Psicologia e suas atividades.

Assim, para que o Conselho possa prestar este importante serviço à sociedade e à categoria, necessita de um mapeamento de onde e de quem está prestando o serviço em Psicologia, daí a necessidade da PJ também realizar sua inscrição no CRP.

Inicialmente, é importante informar que há duas formas de inscrição de PJ: o **registro** e o **cadastramento**.

Quem deve registrar-se e quem deve cadastrar-se?

O **registro** é obrigatório para a PJ que presta serviços de psicologia a terceiros. Isso inclui associações, fundações de direito privado e entidades de caráter filantrópico. Apenas as empresas individuais, constituídas por psicólogos legalmente habilitados, estão isentas do registro como pessoa jurídica no CRP.

O **cadastramento** aplica-se à PJ:

- a) que tenha atividade principal sob a responsabilidade de outra área profissional e mantenha, em seu quadro multiprofissional, o profissional psicólogo. Neste caso, espera-se que a PJ esteja registrada em outro conselho de classe;
- b) quando possuem setores que direta ou indiretamente realizem atividades psicológicas;
- c) os "Serviços de Psicologia Aplicada" (por exemplo, clínicas-escolas) de faculdades ou universidades.

Quais as condições para o pedido de registro ou cadastramento?

Para que o pedido de registro/cadastramento possa ser aceito é fundamental que seja indicado um psicólogo legalmente habilitado para que possa assumir a função de **responsável técnico** pelos serviços em Psicologia da PJ, que terá como atribuições:

- a) coordenar e supervisionar os serviços prestados;
- b) zelar pela qualidade dos serviços e pela guarda do material utilizado;
- c) comunicar ao Conselho o desligamento da função ou seu afastamento da PJ.

Além disso, é necessário que:

- a) os serviços oferecidos se enquadrem na área da Psicologia e suas aplicações;

- b) na razão social, não conste nome de pessoa que esteja impedida de exercer a Psicologia;
- c) esteja garantida aos psicólogos, que nela trabalhem, ampla liberdade na utilização de suas técnicas, assegurada a sua dignidade profissional;
- d) os diretores ou responsáveis pela PJ não registrem motivos de ordem legal, ética ou profissional que desabone sua conduta.

Quando implicará em pagamento da anuidade?

Concedido o **registro**, a PJ ficará obrigada a recolher uma anuidade. Apenas as entidades reconhecidas pela lei como de utilidade pública ficarão isentas. As entidades filantrópicas, não reconhecidas por lei como de utilidade pública, poderão receber isenção de pagamentos de anuidades, de acordo com os critérios estabelecidos por cada CRP.

As entidades **cadastradas** estarão isentas do pagamento de anuidades.

Como fazer para registrar/cadastrar uma entidade?

Maiores informações sobre a inscrição e/ou solicitação da relação da documentação necessária, poderão ser solicitadas pessoalmente no CRP ou através de e-mail ou telefone, no Departamento de Atendimento.

Haverá inspeção do CRP na PJ?

Haverá inspeção nas instalações da pessoa jurídica, as quais deverão estar de acordo com as normas e exigências impostas às atividades dessa natureza. No caso do **registro**, o CRP emitirá certificado que deverá ser afixado pela PJ em local visível ao público, durante todo o período de atividades. ●

Crpj

CRP

FEBEM-SP: a indiferença é pior que a crueldade¹



A imagem que se repete ao longo de décadas e dos últimos meses já produz pouca ou nenhuma atenção: adolescentes enfiados nos telhados da instituição carcerária, ateando fogo em colchões, em motim, em fuga, no embate com a polícia ou com o “choquinho” da instituição carcerária. As mães (sempre as mães!) transitam entre eles ainda com dignidade. E, é possível perguntar: até quando?

O que produz esta imagem? Por mais psicologização do real, por mais que o referencial seja uma psicologia alienada de seu tempo não é possível mais atribuir exclusivamente aos hormônios, à rebeldia adolescente, à pobreza inculta, à pulsão de morte este espetáculo de horror.

Cada gesto e cada palavra (ou silêncio) tem uma história e um contexto que o engendra na subjetividade e o atualiza em circunstâncias determinadas; e, quando o fenômeno diz respeito a seis mil adolescentes, a urgência da compreensão se impõe.

As febems foram fundadas por um decreto assinado pela junta militar em 12/12/1964; instalou-se em São Paulo, em 1975.

Nesta época, duas instituições já se destacavam pela brutalidade no trato dos menores infratores: o RPM (Recolhimento Provisório de Menores) e a unidade de Mogi Mirim. Os jornais da época falavam dos horrores que se vivia ali. Está também documentado no livro de memórias de Luiz Alberto Mendes (Memórias de um Sobrevivente). A pesquisa do CEBRAP (A criança o adolescente e a cidade, 1975) mostra os menores infratores considerados, na sua totalidade, portadores de distúrbios mentais pelas entidades que os acolhiam. A unidade de Mogi Mirim, para onde eram transferidos os adolescentes considerados mais difíceis pelo circuito de infratores, foi incendiada pelos adolescentes.

Na década de 80, com os ventos da democracia e o esforço de setores mais progressistas da área da infância e juventude, houve uma tentativa de saneamento da instituição, erradicação da violência e a tentativa de implantação de uma proposta educacional que se operacionalizou em modelos de atendimentos pautados pela prevalência do educacional e do terapêutico sobre o repressivo, em algumas unidades da instituição. Contudo, a história da instituição, o compromisso de parte dos trabalhadores - de todos os níveis da hierarquia - com a mentalidade e as práticas repressivas respaldadas em setores mais retrógrados da opinião pública, dos poderes legislativo, executivo e judiciário, a instrumentalização político-eleitoral da instituição levaram ao desmanche desta empreitada que demonstrou, na prática, algumas idéias que seriam incor-

poradas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Mais uma vez ... o fracasso e, na década de 90, a Secretaria do Menor, que se notabilizara - nacional e internacionalmente -, pela excelência dos programas no atendimento das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, coexistiu com a Febem; ou seja, a mentalidade presente desde o século 19 se atualizava (aos abandonados, a esperança e aos infratores, o cárcere). O Sitraemfa (Sindicato dos Trabalhadores da Febem), no início desta década, realizava um trabalho avançado de conscientização dos trabalhadores sobre a nova legislação. Contudo, a cultura da violência permanecia ora mais visível ora quase invisível e, ao longo da década de 90 - já na vigência do ECA - vimos os meninos, de novo, subindo nos telhados e, então, revelando com violência e crueldade entre eles, a tortura, a humilhação que viviam na instituição responsável pela sua segurança. Um espetáculo de horror que culminou com a morte de colegas (um deles com a cabeça decepada) e a implosão do complexo de unidades da Imigrantes.

Pôr o quê no lugar? Como acreditar na proposta governamental do “novo olhar” se os adolescentes foram transferidos para os cadeiões de Pinheiros, Santo André, enquanto se reformava Parelheiros - unidade destinada a 900 adolescentes quando o ECA e as resoluções do CONANDA (Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente) falavam em unidades pequenas para 40 - ou eram transferidos para Franco da Rocha, desarticulando um excelente trabalho que era feito ali com adolescentes autores de ato infracional do sexo feminino.

Enfim, revelava-se sem nenhum disfarce a instalação do regime carcerário - celas, algumas horas de sol ou colchão, ausência de atividades, a vigilância panóptica no cadeião de Pinheiros. Os adolescentes foram tratados como “gente grande” ou dizendo de modo rigoroso, como população carcerária - demos a eles, mais uma vez, o estatuto de perigosos. Já não eram mais adolescentes.

A instituição se ancora e reflete uma mentalidade difusa na sociedade; e, na década de 90, retoma força a idéia da redução da idade penal; ou seja, da desresponsabilização de todos os poderes e da sociedade na produção desta adolescência em perigo e perigosa. Uma solução cínica para a incompetência no trato da questão. Isto tudo ocorrendo paralelamente à vigência da lei, o ECA - uma das leis mais avançadas do mundo, mas que, em São Paulo e em muitos lugares do Brasil,

não beneficiou os adolescentes autores de ato infracional.

Ao longo da década de 90, fomos produzindo um adolescente cada vez mais violento dentro das unidades da Febem e cada vez mais a esfera da segurança prevaleceu sobre o aspecto educacional da medida sócio-educativa de privação de liberdade. Com poucas e honrosas exceções, os psicólogos, os assistentes sociais, os educadores não estavam (não estão) mais nos pátios, nos dormitórios, nos refeitórios ... Estavam (estão) acucados, medrosos em suas salas esperando a segurança liberar o menino para ir até lá. Ou, produzindo relatórios de um menino que não conhecia. Ou, assinando livros de ocorrência da unidade em que o menino que apanha é registrado, pela segurança, como “tendo caído da cama”. Ou seja, a omissão, a conivência com a violência. No dia 10 de março deste ano, os professores entram em greve alegando falta de segurança. Como é possível educar com medo?

Em algumas unidades, os meninos “assumiram o controle” em uma demonstração perversa da incompetência ou dos interesses de setores dos trabalhadores em demonstrar a necessidade de uma repressão sem censura. Os novos funcionários contratados estão fragilizados em seu pouco preparo para lidar com adolescentes enfurecidos nesse ambiente de insegurança. A ausência de autoridade - algo fundamental para estes adolescentes, cuja questão é com a lei -, neste momento de crise da instituição, leva ao pleno exercício do ódio contra a própria instituição e seus representantes. O futuro é uma incógnita.

Haverá um tempo em que tudo isto também será história e os adolescentes autores de ato infracional serão tratados com dignidade, porque também os psicólogos puderam retomar sua vocação que é estar ali onde a dignidade está ameaçada.

Maria de Lourdes Trassi Teixeira

¹ Para bem ler este texto cabe lembrar : os adolescentes autores de ato infracional devem ser responsabilizados por seus atos; a medida socioeducativa de privação de liberdade é severa e os aspectos educacionais dela implicam a garantia da dignidade do adolescente.

Luta antimanicomial comemora maioridade

Mesmo com a redução de leitos psiquiátricos e o fechamento de diversos manicômios, muitos doentes mentais ainda não recebem tratamento adequado

No dia 18 de maio de 1987, teve início o movimento da luta antimanicomial, cuja proposta era abolir os tratamentos realizados aos pacientes psiquiátricos nos manicômios e substituí-los por dispositivos e procedimentos terapêuticos que possibilitassem o cuidado em liberdade e o resgate da cidadania do portador de sofrimento psíquico. Até então, os pacientes eram submetidos a internações fechadas, em instituições que se caracterizavam como verdadeiros depósitos humanos. Os pacientes eram despojados de sua identidade e os “tratamentos” massificados se limitavam a altas doses de medicamentos que visavam fundamentalmente fazer calar os sintomas.

A luta antimanicomial propôs nova forma de encarar os pacientes de saúde mental: uma abordagem terapêutica que respeita o sujeito em sua diferença e singularidade; que escuta e acolhe seu sofrimento, através de projetos terapêuticos individuais; e que preserva seus vínculos sociais e familiares.

Mas mesmo entre aqueles que defendiam a “desinternação” dos pacientes havia muitas divergências. Mark Napoli, coordenador do Fórum de Saúde Mental, explica que foram realizados diversos encontros durante esses anos e muitas vezes os integrantes da luta não conseguiram chegar a um consenso sobre o modelo de gestão para o movimento, que envolvia profissionais de diversas áreas. Atualmente, existem no país diversas articulações, mas que possuem o mesmo objetivo: o fechamento dos manicômios e hospitais psiquiátricos.

Hoje, 18 anos após o início dessa batalha, muita coisa já pode ser comemorada. Desde 2001, há uma lei federal que pressupõe a internação apenas em último caso. O número de leitos psiquiátricos sofreu uma queda de 120 mil, na década de 80, para pouco mais de 50 mil na atualidade.

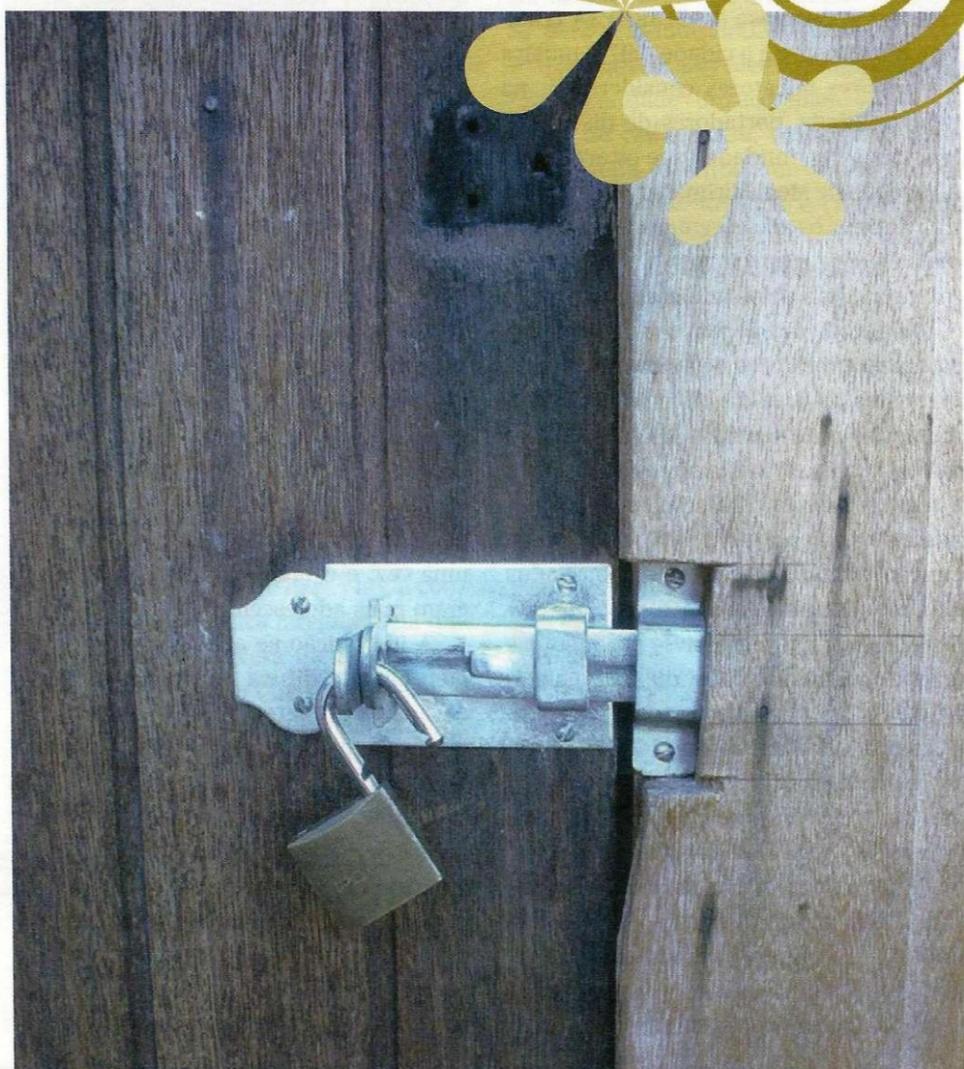
O modelo de atendimento hoje é baseado nessa inserção familiar e social. Para isso, o poder público criou uma rede de atenção à saúde mental substitutiva. São serviços abertos de atenção diária ao usuário de saúde mental e seus familiares em boa parte de suas necessidades. A rede é composta por unidades básicas de saúde, Centros de Atenção Psico-Social, enfermarias psiquiátricas em hospitais gerais, centros de convivência e cooperativa e residências terapêuticas.

A representante do CRP na Comissão Estadual de Reforma na Saúde Mental, Maria Cláudia Tedeschi Vieira, esclarece que, dentro do programa federal de desinstitucionalização e de redução de leitos psiquiátricos, as residências terapêuticas são destinadas às pessoas que permaneceram longo período de tempo internadas e que perderam os vínculos familiares. São moradias assistidas que abrigam oito pessoas, com a possibilidade de retomar suas vidas, através da reconstrução de suas histórias e identidades.

“Nas residências, buscamos resgatar a subjetividade e a individualidade do portador de sofrimento psíquico, que muitas vezes perdeu totalmente sua identidade devido ao tempo em que permaneceu internado e aos tratamentos a que foi sub-

metido. Não é um trabalho fácil, mas as experiências estão nos mostrando que o resultado é excelente. Os pacientes voltam a se manifestar enquanto pessoa, recuperam sua memória, reconstróem sua história de vida e começam a resgatar seus vínculos familiares”, diz Cláudia.

Entretanto, ainda existe uma grande resistência por parte dos proprietários de hospitais psiquiátricos em aceitar a lei e reduzir seus leitos. “É extremamente importante a participação da comunidade e dos movimentos sociais, reivindicando dos poderes públicos maiores investimentos na saúde mental”, sugere. ●



Juliana Migueleto

A face oculta da exploração sexual infanto-juvenil

Especialistas dizem que essa violência deve ser combatida com a superação de tabus e preconceitos



Elder Tanaka

O dia 18 de maio, data da morte de Aracely, estuprada e assassinada cruelmente no Espírito Santo, nos anos 70, foi instituído como o Dia Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil. Não se trata de uma comemoração, mas sim de um alerta a toda a sociedade sobre a grave situação em que vivem inúmeros meninas e meninos, espalhados por todo país, que encontraram na “venda” do corpo a solução para sair de uma vida invariavelmente desprovida de acolhimento, segurança, respeito e proteção.

O tema da exploração sexual comercial infanto-juvenil ganhou visibilidade após amplo desenvolvimento de trabalhos de enfrentamento à violência contra mulheres, quando começaram a chegar denúncias de que os filhos também poderiam sofrer abusos tanto físicos como sexuais.

O turismo com motivação sexual, principalmente nas regiões norte e nordeste do país, também se tornou visível e diversas organizações, que propagavam internacionalmente essa prática, foram questionadas e responsabilizadas; e o poder público estabeleceu políticas mais efetivas de enfrentamento à exploração sexual como a criação de programas de atendimento e centros de referência que promovessem atendimento psicossocial. Ao mesmo, o Estatuto da Criança e do Adolescente contribuiu para a proteção desses meninos e meninas.

Segundo Maria Gorete Vasconcelos, do Movimento Social Pacto São Paulo, a exploração sexual infanto-juvenil ainda está longe de ser erradicada, pois se trata de um problema complexo, endêmico, que envol-

ve aspectos históricos, culturais, sociais, de gênero, raça, etnia, sexualidade e da subjetivação de jovens expostos a tais práticas.

Ela explica que o abuso sexual doméstico é mais fácil de ser identificado porque em geral é denunciado. Para esses casos, há programas de intervenção, inclusive possibilitando o fortalecimento familiar. Quando se trata de exploração sexual, a situação é mais tolerada. Parte da sociedade tende a olhar para essas garotas e garotos como pessoas que “optaram por um caminho mais fácil, o qual consiste na venda do corpo”.

São diversos os motivos que levam crianças e adolescentes a se prostituírem. A conselheira do CRP-SP, Lumena Celi, coordenadora de projetos da ONG Camará, realizou uma tese sobre o tema a qual aponta alguns fatores responsáveis que explicariam o contexto que leva as adolescentes a se inserirem nessa rede de exploração sexual: problemas no relacionamento familiar, o suposto “dinheiro fácil” associado às necessidades de consumo impostas pela sociedade e o uso de drogas, além das desigualdades de gênero e etnias.

O trabalho mostra que, em geral, as relações familiares trazem históricos de abuso, violência e desrespeito, o que leva à constituição de vínculos afetivos superficiais e permeados de inseguranças. Esse panorama, associado ao aliciamento do explorador, que facilita e estimula a prática, torna o problema complexo e de difícil solução.

Segundo Lumena, para meninas prostituídas, a exploração do corpo se apresenta como a possibilidade mais imediata de sobrevivência em uma sociedade per-

meada pelas desigualdades sociais e de oportunidade.

Lumena comenta que, pela dificuldade inerente ao processo de conscientização das vítimas da exploração sexual acerca de sua própria condição, as políticas de combate à prostituição infanto-juvenil deveriam contemplar diversas frentes de trabalho. Ela sugere um combate e repressão à figura do aliciador e que a prática da exploração sexual seja severamente punida, com participação ativa do poder judiciário.

Para Gorete Vasconcelos, o enfrentamento precisa considerar os seis eixos estratégicos do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil do governo federal: articulação e mobilização, análise da situação, prevenção, atendimento, defesa e responsabilização e “protagonismo” infanto-juvenil.

Ela lembra que as equipes interdisciplinares envolvidas diretamente na intervenção de casos de violência sexual devem participar de grupos de estudos e formação continuada, pois se trata de tema complexo e de um tabu, sendo um campo fértil de atuações quando o profissional não se cuida.

Para ela, deve haver estrutura e preparo para trabalhar adequadamente o tema e para facilitar um vínculo saudável com crianças, adolescentes e famílias, contribuindo assim para a reorganização psíquica dos envolvidos na questão. “Os adolescentes explorados sexualmente precisam do apoio e da proteção do Estado e da sociedade para que possam vislumbrar um futuro diferente. Entretanto, só com a mudança de paradigmas e preconceitos da própria sociedade é que conseguiremos reverter esse quadro” finaliza. •

Fala, Garoto!

Governo, entidades e movimentos juvenis se voltam para a realidade dos jovens brasileiros e buscam alternativas para garantir seus direitos



A juventude, condição para quem tem entre os 15 e os 24 anos de idade, vive o vácuo do esquecimento. O Estatuto da Criança e do Adolescente norteia as políticas públicas voltadas aos primeiros estágios da vida de um cidadão. Os adultos são lembrados por um conjunto de medidas gerais para geração de emprego e assistência social, por exemplo. Os mais velhos recentemente conquistaram o Estatuto do Idoso. Já os jovens são tolhidos em todo o seu vigor e criatividade por uma realidade que não lhes oferece condições para conquistar um espaço social, transformando muitas vezes a esperança num futuro digno em revolta e apatia, que se traduz em violência e anulação.

Os movimentos sociais já acionaram a luz vermelha e o poder público percebeu os sinais. O governo federal recentemente criou a Secretaria Nacional da Juventude e discutem-se o Plano Nacional e o Estatuto da Juventude. Segundo Maria Virgínia Freitas, coordenadora do Programa Juventude da ONG Ação Educativa, estas duas propostas, apresentadas ao Congresso Nacional, receberam críticas de parte das Organizações Não-Governamentais por não terem passado por um processo aprofundado de debates na sociedade civil. Mas têm o mérito de trazer à luz uma matéria esquecida pelas autoridades.

Com o tema da juventude ganhando visibilidade e a mobilização de diferentes setores, os governos passaram a se mobilizar para criar políticas e garantir os jovens na construção dessas iniciativas. Surgiram no âmbito público as assessorias e coordenadorias da juventude para promover a articulação entre as secretarias e acionar projetos e ações nesse campo. A representatividade dos jovens aumentou e outras questões começaram a ser discutidas, entre elas a criação de uma legislação exclusiva para os jovens.

Desde 2002, a Câmara dos Deputados

conta com uma comissão, constituída por 22 parlamentares, que se propuseram a elaborar o Plano Nacional da Juventude, onde seriam definidas as perspectivas para os próximos 10 anos nos âmbitos do trabalho, educação, cultura e outras políticas públicas para jovens e o Estatuto da Juventude, que contemplaria seus direitos e deveres. Para isso, os deputados dividiram a responsabilidade de realizar Conferências Estaduais, garantindo que o processo de construção do Plano e do Estatuto fosse o mais democrático e participativo possível. O resultado desses debates estaduais foi apresentado em uma Conferência Nacional, realizada em 2004, na qual foi elaborada uma proposta de projeto de lei.

Embora os movimentos sociais tenham aplaudido a realização de instâncias que garantam a participação juvenil, como foram as Conferências Estaduais e Nacionais, o processo não satisfaz as expectativas de todos. Segundo Maria Virgínia de Freitas, a forma superficial como as sugestões foram discutidas e a falta de uniformidade na participação dos Estados fez com que a proposta de criação do Estatuto e do Plano Nacional não correspondesse à aspiração da grande maioria dos participantes dos movimentos juvenis e das entidades.

A ex-secretária de Educação de Niterói, Maria Felisberta Baptista da Trindade, ligada ao Observatório Jovem, concorda que a proposta deve ser elaborada a partir de uma ampla discussão. “A proposta da criação tanto do Estatuto quanto do Plano não deve ser feita de cima para baixo, os jovens e a sociedade civil têm que participar ativamente. Entretanto, o fato de existir essas propostas já foi um grande avanço para a juventude”, afirma. A expectativa, portanto, é de que as discussões voltem a ocorrer no momento da tramitação do projeto de lei.

Pelo lado do governo federal, constituiu-se um grupo interministerial, envolvendo os ministérios da Cultura, Educação, Ação Social, entre outros, para realizar um mapeamento das políticas públicas para os jovens que estão sendo executadas e elaboradas em áreas distintas. Esse estudo deverá servir de base para a construção de uma política integrada, na qual cada ministério deverá incluir em suas ações características que contemplem as necessidades da parcela jovem da população. E foi a partir de todas essas iniciativas que se criou a Secretaria Nacional da Juventude, que deve atuar tanto na elaboração de políticas quanto na identificação de projetos e ações em outras áreas.

Para Maria Virgínia, a institucionalização de uma secretaria específica é resultado de um conjunto de esforços do governo, do legislativo, das organizações da sociedade civil e da participação dos grupos e movimentos juvenis no processo.

“Foi uma resposta dada com base no estudo do grupo interministerial”, explica.

Vice-presidente da Comissão da Juventude da Câmara Municipal de São Paulo, a vereadora Soninha Francine acredita que a convergência de ações distintas para uma secretaria com *status* de ministério é um caminho importante para o sucesso de programas para os jovens. A vereadora propõe que as esferas de poder que trabalham o assunto revejam muitas questões e invertam certos princípios para ela equivocados. “Uma política de geração de emprego e renda às famílias, por exemplo, pode possibilitar uma situação na qual o jovem se dedique aos esportes, à cultura e aos estudos, sem precisar trabalhar precocemente para complementar a renda familiar. Daí, a importância da transversalidade da discussão, envolvendo todos os ministérios”, enfatiza.

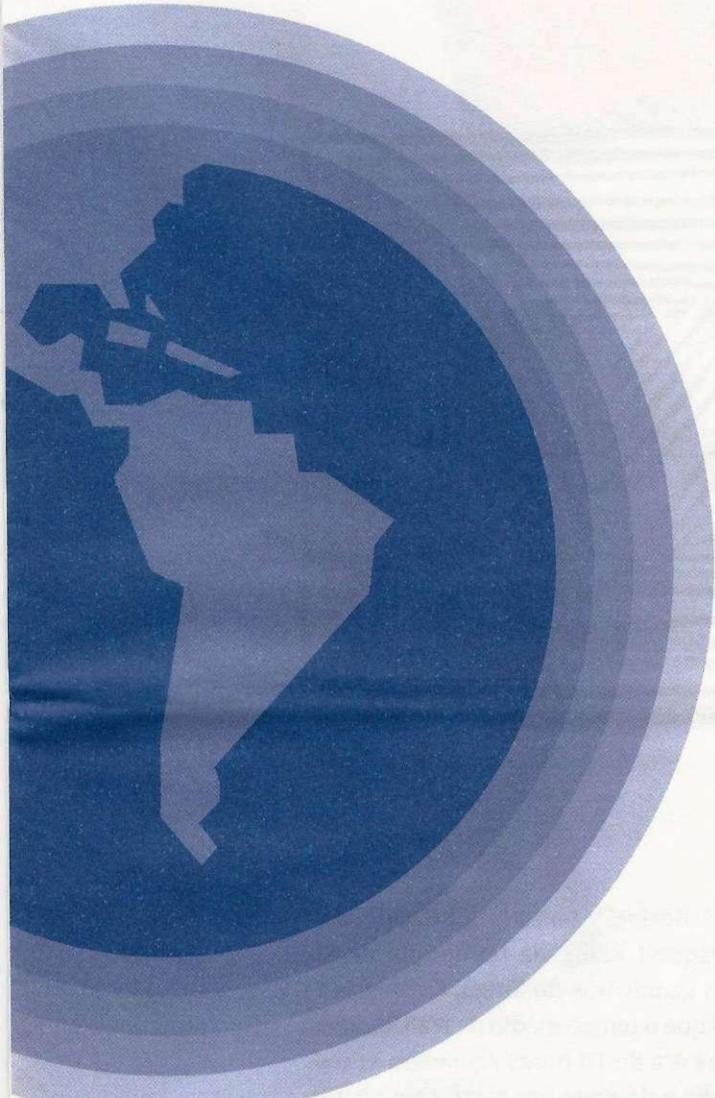
Também está sendo montado o Conselho Nacional da Juventude, que deverá ser integrado por representantes do governo, organizações e representantes dos jovens. A expectativa, com isso, é de ampliar a participação dos jovens nas decisões, contemplando suas necessidades e respeitando seus diferentes contextos, necessidades, cultura e geografia.

Maria Virgínia observa que todas essas propostas certamente ainda serão motivo para inúmeros debates e discussões. Entretanto, apenas as políticas públicas não seriam suficientes para possibilitar uma transição tranqüila e adequada para o mundo adulto. Caberia à própria sociedade, por meio das famílias, escolas e entidades um acompanhamento integral de cada jovem, respeitando suas idéias, seus conflitos, superando os preconceitos estereotipados e contribuindo assim para a construção de indivíduos seguros, responsáveis e felizes. ●



I Congresso Latino-americano da Psicologia vai debater realidade do continente

A maioria dos trabalhos é de psicologia aplicada à problemática dos países e vem das universidades



O I Congresso Latino-americano da Psicologia - Ulapsi/ União Latino-americana de Entidades de Psicologia vai ser, por quatro dias, palco de uma intensa troca de conhecimento. Os cerca de três mil inscritos terão acesso a 25 diálogos latino-americanos, a 16 mesas de entidades, a 131 mesas de participantes, a 1.485 painéis, a 14 apresentações de vídeo, além de atividades culturais e lançamentos de livros. O presidente do Congresso, o professor e psicólogo mexicano Raúl Rocha Romero, está entusiasmado com o evento por vê-lo como um marco histórico da Psicologia na América latina. "Reunimo-nos num dos maiores espaços - não apenas por sua dimensão, mas, sobretudo, por sua transcendência -, de encontro dos psicólogos latino-americanos que vai propiciar o contato entre profissionais e as discussões sobre nossa disciplina", diz ele. "Porém, a sua justa dimensão histórica dependerá em grande medida do que este Congresso gerar em nós mesmos e em nossas enti-

Argentina Chile, Colômbia, Cuba, Guatemala, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. A maioria dos trabalhos foi produzida pelas universidades e não é simplesmente empírica ou teórica, mas de psicologia aplicada à problemática brasileira e de outras partes da América Latina.

Sandoval observou que grande parte dos profissionais teve a preocupação em conhecer as deficiências sociais e desenvolver temas reais que poderão ser absorvidos ou adaptados à realidade de países com características semelhantes. "Um primeiro passo rumo ao rompimento de uso de velhas teorias estrangeiras para entender nossos problemas regionais", acredita. Para ele, o esforço a Ulapsi de integrar as experiências e o conhecimento terá o efeito positivo de discutir o que os diversos países estão fazendo, qual o nível de desenvolvimento e intervenção se verifica na categoria. "O grau de transformação pelo qual passa a Psicologia será percebido com base nos trabalhos apresentados", espera.

A novidade de um congresso com essas características são as mesas de "Diálogos Latino-americanos" que reúnem psicólogos de três ou quatro países da América Latina no debate de temas que são específicos e importantes para o continente. A formação, a história, as perspectivas, os direitos humanos, a organização dos psicólogos são exemplos destes temas.

A abertura foi feita por Emir Sader, sociólogo e professor da UERJ, e pelo assessor especial de política externa da presidência da república Marco Aurélio Garcia. Como fechamento, uma mesa especial sobre Memórias da Ditadura e sua dimensão subjetiva composta por psicólogos que têm se dedicado a este estudo em vários países da América Latina e coordenada pela profa. Cecília Coimbra.

Salvador Sandoval espera que o I Congresso Latino-americano da Psicologia seja um terreno para a aprendizagem e um indicador para pensar a organização dessa ciência na América Latina para os próximos anos. Raúl Rocha acredita que esse congresso, com a participação e apoio de todas e cada uma das entidades que pertencem à ULAPSI, será mais um espaço gerado para o fortalecimento de "nossos desejos de nos aproximar do objetivo de contar com uma psicologia propriamente latino-americana". ●

“O Congresso, esperamos, que desencadeie, além do plano acadêmico, a idéia da união e da integração, sem esquecer nossas próprias e específicas diferenças culturais, étnicas e lingüísticas”

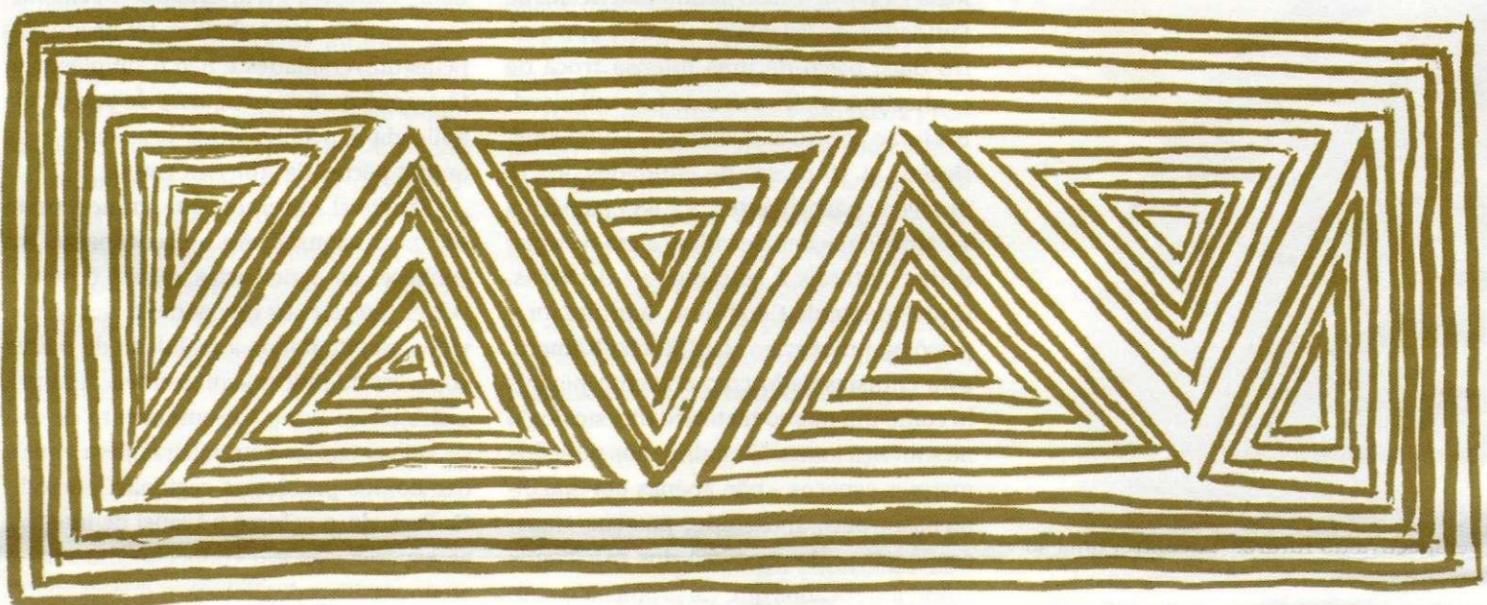
Raúl Rocha Romero

dades nacionais. É um Congresso que terá prosseguimento em toda América Latina e que, esperamos, desencadeie, além do plano acadêmico, a idéia da união e da integração, sem esquecer nossas próprias e específicas diferenças culturais, étnicas e lingüísticas”, sintetiza.

O presidente do Comitê Organizador, Salvador Sandoval, acrescenta que o congresso será o estuário de intercâmbio de teorias e pesquisas desenvolvidas por profissionais de países como Brasil, México,

Psicologia contribui para manter a **identidade dos indígenas**

A violência e o problema da terra nas reservas causam sofrimento emocional às etnias



Os povos indígenas habitam as terras brasileiras há cinco mil anos e, se não tivessem entrado em contato com a civilização 500 anos atrás, teriam mantido sua diversidade intacta talvez por mais cinco mil anos. Mas do Brasil colônia, passando pelo Brasil império, até hoje, eles sofreram com a violência, subproduto da expansão territorial perpetuada pelos governantes. Foram espoliados, escravizados, exterminados e agora subvalorizados. À exceção de algumas nações indígenas, como a dos kaiapós e yanomamis, que vivem conforme seus hábitos em grandes reservas, a maioria foi reduzida a quintais de terra, comprometendo sua subsistência e provocando angústia e sofrimento, sobretudo nos mais jovens.

No Brasil recente, o período mais agressivo contra os indígenas verificou-se no regime militar que promovia a política integracionista, a qual previa ou o total acultramento desses povos ou sua eliminação. Segundo dados do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), em razão desse genocídio cultural, havia apenas pouco mais de 200 mil no Brasil dos anos 70. Essa parábola descendente só inverteu a curva na década de 80 e, principalmente, após a Constituição de 88, que, além de demarcar as terras indígenas, sepultou a idéia da comunhão nacional às custas desse ex-

termínio. Hoje, segundo o IBGE, existem 235 etnias espalhadas em 825 reservas, onde vivem 734.131 indígenas que falam 180 línguas diferentes.

Apesar de o quadro parecer animador se comparado a 30 anos atrás, a realidade é ainda desoladora. Crianças guarani-caiurás do Mato Grosso do Sul morrem diariamente de fome e de doenças tratáveis; adolescentes e menores apurinãs são estupradas por médicos no Amazonas; rios e córregos de reservas do Tocantins são contaminados por agrotóxicos da monocultura; jovens guaranis são vítimas da violência da periferia da Zona Sul de São Paulo.

A antropóloga Carmem Junqueira, professora emérita da PUC-SP, diz que esse acúmulo de agressões e desvalorização reduziu os indígenas à condição de cidadãos de segunda classe. “Em regiões de Rondônia e Mato Grosso, alguns faziam permanentes nos cabelos para se passar por negros que eram menos discriminados”, conta.

Ela explica que o simples contato com fazendeiros, madeireiros e até com agentes da Funai perturba o modo de vida dos indígenas. “Um posto de atendimento instalado na fronteira da reserva já interfere no ritmo deles. Os próprios serviços de proteção querem discipliná-los com roça coletiva, vacinação, e a visão de tempo

deles é flexível”, observa a antropóloga. Em pesquisa realizada na década de 80 com os kamayurás do Xingu, Carmem verificou que o tempo médio de trabalho dos homens era de 16 horas semanais. O resto do dia e da noite era gasto com visitas aos amigos, as festas, jogos e lutas. “Trabalhavam o suficiente para manter essa vida boa”, explica.

Mas essa filosofia sofre constante intervenção da sociedade de consumo. A introdução de mercadorias, encanta os indígenas e corrompe o modo de vida deles. As facilidades, como o motor de pousa, segundo Carmem Junqueira, têm repercussões negativas. “Acontece que os homens param de remar, ficam propensos a doenças do sedentarismo, eventualmente diabetes. Depois, é preciso de dinheiro para comprar gasolina e pagar reparos, os recursos da Funai são escassos para esse fim, e o indígena se assalaria na tentativa de manter esse nível de consumo. De repente, quem não tem poder de compra é pobre e ninguém quer ser pobre”, lamenta.

Para o vice-presidente do Cimi, Saulo Feitosa, a desagregação cultural e a desapropriação das terras são os principais responsáveis por quadros de alcoolismo e suicídio que se verificam em muitas aldeias. Se preservar a pureza dos costumes é quase uma utopia, Feitosa acha que o

governo deveria elaborar uma política pública voltada para cada região, respeitando as diversidades culturais, não só para ampliar a extensão das terras indígenas, mas para a reavaliar o departamento de saúde indígena da Funasa, criando uma equipe multidisciplinar que incluiria psicólogos e antropólogos. “Trabalhar a subjetividade deles é reconstruir sua identidade”, acredita.

Carmem Junqueira também supõe que uma equipe de saúde com médicos, psicólogos e antropólogos seria importante para tratar a angústia de indivíduos que perderam seu estilo de vida. “O psicólogo ajuda no diálogo e na reafirmação dos valores culturais dos indígenas”, diz. “O profissional seria uma ponte para reconstruir relações. Hoje, é possível ver nas aldeias quebra de hierarquia entre os mais velhos e os jovens que se alfabetizaram. Mas é um trabalho que deve ser feito com delicadeza e respeito”, aconselha.

Essa delicadeza foi aplicada no trabalho desenvolvido pela professora de Psicologia Clínica da USP, Leila Tardivo, três anos atrás em São Gabriel da Cachoeira, no extremo norte do país, no Amazonas. Colaboradora em estudos sobre depressões do Instituto de Psiquiatria da USP, ela encontrou na cidade, povoada em sua maioria por indígenas tucanos e pertencentes a outras 20 etnias, um nível alto de violência, alcoolismo, drogadição, gravidez prematura e suicídio, principalmente, entre os jovens. O sofrimento do presente era derivado da ausência do passado e da falta de perspectiva do futuro. “Encontrei uma sociedade que morria inteira”, sintetiza.

Leila conta que da primeira vez em que esteve por lá durante quatro semanas, o que se confirmou numa segunda ida, constatou que os jovens não se consideravam indígenas e negavam a língua dos pais. As meninas queriam namorar os brancos. Os mais tradicionais, retornar às aldeias, mas não havia mais terra. A identidade estava se perdendo. “O sofrimento psíquico era muito grande. A intervenção de um psicólogo foi bem recebida, porque eles vinham pedir ajuda”, afirma.

Não muito longe dali, na reserva dos yanomamis, embora a comunidade convivesse com a miséria e as doenças, não havia o grau de sofrimento psíquico verificado em São Gabriel da Cachoeira. Apesar de os homens, coletores e caçadores, não terem o que colher e o que caçar, de haver desnutrição e alto índice de tuberculose e malária, não havia na aldeia casos de alcoolismo ou suicídio. “Eles respeitam a língua. Realizam cerimônias todos os dias. Vivem aldeados, o que fortalece a identidade”, compara.

Mas ela adverte que não adianta um psicólogo atendê-los com os modelos clássicos. “Tínhamos que respeitar o que é vida para eles, sua cosmologia, o que é família, o que é trabalho”, diz, acrescentando que essas peculiaridades são um obstáculo para que os psicólogos se interessem em trabalhar com os indígenas. “Há falta de profissionais com formação e experiência na área”, constata.

A outra razão é o desânimo. Leila conta que os guaranis de Parelheiros, zona

sul de São Paulo, com quem trabalha há dois anos, desistem fácil, em especial os mais velhos. “Eles vêm e depois param de comparecer às reuniões, alguns conversam com a gente vendo televisão, e não é fácil ir até Parelheiros”, revela. O resultado é que os próprios profissionais passam a viver o desânimo deles. Pode-se pensar num mecanismo denominado, segundo ela, identificação projetiva. “Ou seja, a desesperança que sentimos pode também refletir a falta de esperança que essas pessoas vivem”, conclui.

A alternativa encontrada por ela foi mudar o objeto do trabalho. “Em vez da questão do alcoolismo, passamos a focalizar todo o grupo, em especial os jovens e desenvolvemos uma oficina terapêutica de foto e vídeo. Temos uma proposta de desenvolvê-lo este ano, de uma forma mais ampla e com maior participação”, descreve ela.

“O resultado do projeto piloto foi positivo e os jovens trouxeram para nós o que é importante na vida de um guarani, o que é ser um guarani e suas experiências”, anima-se. O trabalho foi desenvolvido junto a uma equipe de publicitários, com encontros semanais, onde se buscava ensinar técnicas de foto e vídeo, uma proposta pedagógica e, ao mesmo tempo, trabalhavam-se as situações vividas na aldeia, priorizando o sentido que a vida tem

para eles, num aspecto terapêutico. O resultado da experiência é o filme “Um dia na aldeia”, título dado pelos jovens guaranis. Tanto com os indígenas aculturados de São Gabriel da Cachoeira como em Parelheiros com os guaranis, Leila procurou, além de valorizar a identidade deles como etnias, infundir um pouco de esperança.

Sobre os guaranis de São Paulo, a antropóloga Carmem Junqueira tem uma opinião: “São uns heróis da resistência. Mesmo depois de 500 anos de assédio, eles mantêm sua identidade límpida e sua religiosidade que orienta a vida deles”. Para ela, o ideal seria que a nossa sociedade de consumo aprendesse dois princípios que definem muito bem a filosofia indígena: a generosidade e quanto menos desejo, mais abundância podemos ter. ●

“Trabalhar a subjetividade dos indígenas é reconstruir sua identidade”

Saulo Feitosa



Secretaria Especial dos Direitos e Políticas para Mulheres é inaugurada em São José do Rio Preto

Resultado dos movimentos sociais, incluindo a Psicologia, a secretaria é a primeira do Estado



Segundo dados do IBGE, no país, há uma ligeira superioridade populacional de mulheres em relação aos homens: 50,78%. É um equilíbrio que, infelizmente, não se constata nos vários aspectos sociais. Há ainda desequilíbrio de direitos no campo profissional, exploração sexual e violência doméstica que exigem uma política específica que garanta a igualdade de direitos. Os movimentos femininos estão atuantes na tentativa de modificar essa realidade.

Em São José do Rio Preto, o resultado dessas mobilizações pôde ser verificado no último dia 5 de março com a criação da Secretaria Especial dos Direitos e Políticas para Mulheres. Maria Ângela Medeiros Pala, representante do grupo de apoio à nova Secretaria, explica que a criação da pasta começou a ser construída já com a eleição da primeira mulher para a vice-prefeitura

da cidade, com o surgimento da Coordenadoria dos Direitos da Mulher quatro anos atrás e com a pressão exercida por cerca de 40 entidades como o CRP Subsede de São José do Rio Preto, OAB, ACIRP, CUT, APEOESP, Pastorais católicas e Coordenadoria das Mulheres Evangélicas.

A Subsede de São José do Rio Preto participou ativamente para que o projeto de criação da Secretaria fosse aprovado. Os conselheiros estiveram presentes nos dois plenários da Câmara Municipal: o primeiro pela legalidade da proposta e o segundo por sua aprovação. Os vereadores receberam pessoalmente das mulheres um documento, encabeçado pelo CRP-SP, explicitando o porquê do projeto.

Maria Ângela acredita que a pasta seja, de fato, um instrumento a mais da administração municipal para construir uma cidade com menos exclusão. Maria Ângela espera que a Secretaria assuma a responsabilidade de implementar políticas públicas que tenham como foco a consolidação da cidadania e da igualdade e no combate à violência contra as mulheres, que representam 53,7% da população de Rio Preto.

Maria Ângela Pala justifica um órgão com essa especificidade em razão de no Brasil ainda as mulheres de toda as idades, classes sociais e etnias necessitarem de respaldo, porque continuam a ser atingidas de alguma forma na sua dignidade. Seja quando recebem menos no trabalho, mesmo exercendo o mesmo cargo que um homem, quando sofrem assédios sexual e moral, quando são vítimas do tráfico sexual, seja quando são espancadas por seus companheiros.

A Secretária Especial dos Direitos e Políticas para Mulheres, Maureen Leão Cury, explica que, no princípio, a pasta irá trabalhar com núcleos de reflexão e no atendimento de equipes multidisciplinares da Delegacia de Defesa da Mulher, que existe na região.

A Secretaria, a primeira do Estado e a terceira do país, é fruto do Plano Nacional para Mulheres apresentado pela Presidência da República com o compromisso de enfrentar as desigualdades de gênero e raça no país. O Plano Nacional está estruturado em torno de quatro eixos: autonomia, igualdade no mundo do trabalho; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos; e enfrentamento à violência contra as mulheres. Cidades com mais 300.000 habitantes, cuja população tenha mais de 50% mulheres, deverão ter uma Secretaria da Mulher. •



Melhora na qualidade do atendimento na saúde pública reúne profissionais em Campos do Jordão

O VIII Congresso de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo teve o apoio do CRP-SP

A construção da cidadania passa por um atendimento digno da saúde da população. Os entraves e as soluções para contorná-los mereceram a realização de um encontro entre os dias 9 e 12 de março, em Campos de Jordão, organizado pelo Conselho de Secretarias Municipais de São Paulo e pela Secretaria Municipal de Saúde de Campos de Jordão. O VIII Congresso de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo teve o apoio do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. O COSEMS é uma instância de discussão representativa dos gestores municipais do Sistema Único de Saúde.

Dirigentes e técnicos das três esferas do governo, além de estudiosos do SUS e profissionais da área de saúde, discutiram temas como financiamento, regionalização e assistência farmacêutica, que são hoje, os temas que mais preocupam os gestores municipais. O COSEMS, após ouvir os gestores federais e estaduais e debater com os secretários, adiantou que vai preparar uma ação estratégica para que se possa avançar na implantação do SUS.

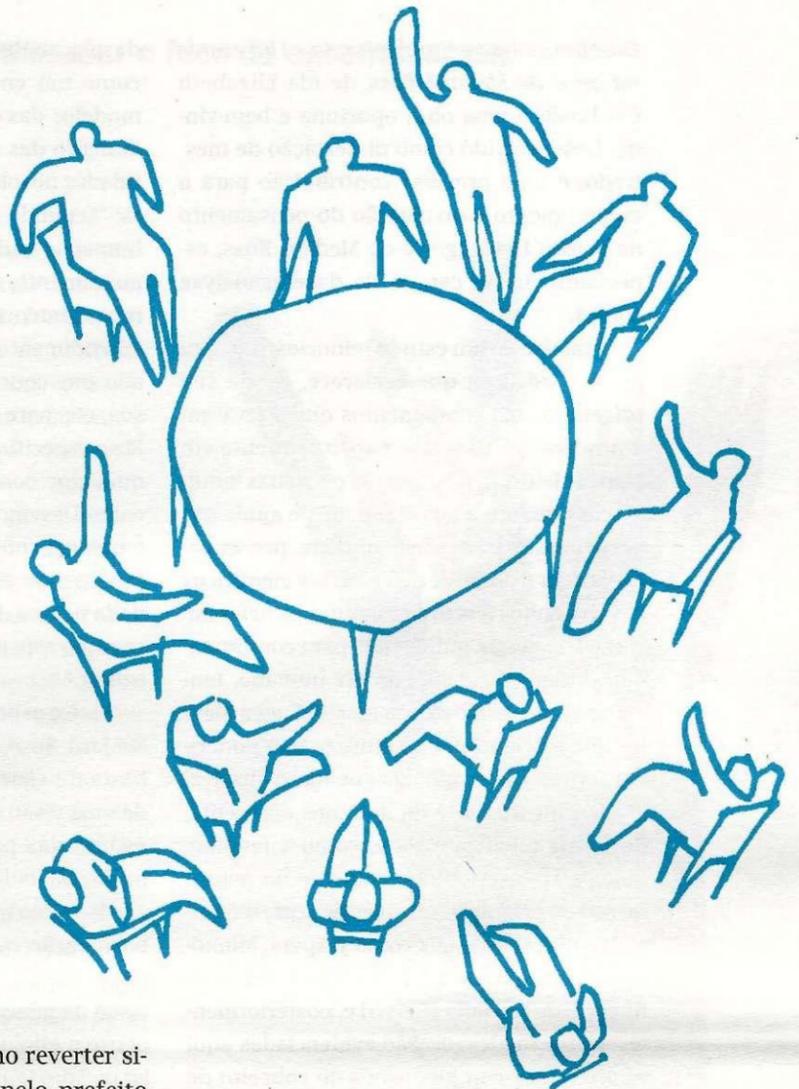
O VIII Congresso de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo debateu temas de interesse direto da Psicologia como o movimento antimanicomial, a psicologia hospitalar e a saúde mental. Florianita Coelho Braga Campos, professora da PUC/Campinas, assessora do Ministério da Saúde para o Programa "De Volta Pra Casa", trabalhou o tema "Saúde mental na atenção básica de saúde" e disse ser preciso que as pessoas, que prestam serviço nas unidades básicas de saúde e no Programa Saúde da Família, trabalhem com o espírito de co-responsabilidade pela a reforma psiquiátrica no Brasil e que o processo da desinstitucionalização seja em todos os serviços da saúde e não apenas quando se fala em manicômios. "Só assim, iremos humanizar os serviços. São assuntos que devem ficar na pauta do dia permanentemente", defende ela.

À falta de recursos financeiros e de pessoal recaiu mais uma vez a responsabilidade pela má qualidade de atendimento à saúde pública. É o que argumentou, por exemplo, o prefeito de Campos de Jordão, João Paulo Ismael. Em sua fala, ele afirmou que os seis hospitais da cidade encontram-se em estado precário sem recursos para investir.

Para estancar e até mesmo reverter situações como as descritas pelo prefeito de Campos do Jordão, o representante do Ministro da Saúde, José Carlos de Moraes, enfatizou algumas ações do governo na área como a implementação de medidas para tornar o SUS mais eficiente e democrático dirimindo eventuais divergências políticas dos administradores públicos municipais, estaduais e da União que possam interferir na qualidade do atendimento à saúde da população.

Os prefeitos presentes, na mesa redonda "O SUS sob a ótica dos prefeitos", levantaram os desafios que as cidades devem enfrentar para ampliar o acesso e melhorar a qualidade, o planejamento, a avaliação e o controle e a gestão de recursos humanos na área da saúde. Destacaram a atuação na redução e controle das doenças que mais matam, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o acesso à farmácia popular, o fornecimento ágil de uma medicação diversificada e em boa quantidade, o programa o Brasil Sorridente e as ações no saneamento básico, além da emenda constitucional n° 29 de 1999/2000, que fala sobre o pacto de estabilidade, que proíbe a redução dos recursos mínimos de 12% para a saúde.

Ficou estabelecido entre os palestrantes que é urgente a construção de um sistema de informação regional que agregue condições específicas de cada região, como estabelecer uma comunicação de forma eficiente e como alocar recursos. Foi exposta também a importância de um compromisso dos dirigentes regionais e estaduais para que a regionalização ocorra de forma clara e objetiva.



Dr. José Enio Servilha Duarte, presidente do COSEMS/SP, espera que o congresso tenha contribuído para que os gestores e profissionais de saúde aprofundassem seus conhecimentos sobre o SUS e ficassem mais motivados para enfrentar nos próximos anos a difícil tarefa de implantação dos sistemas locais e regionais de saúde. Ele agradeceu a participação do CRP no congresso, pois segundo ele, uma das condições para que o SUS alcance seus objetivos é que haja uma participação ativa de todos os profissionais de saúde individualmente e através de suas entidades representativas.

Os secretários elegeram a nova diretoria do COSEMS que terá a dra. Aparecida Linhares Pimenta na presidência. Florianita Coelho Braga Campos espera que ela - que já trabalhou na Secretaria da Saúde de Bauru, numa época marcada pelo movimento antimanicomial, em 1987, e de Santos, cidade fonte de inspiração para muitas ações de saúde pública e saúde mental -, "trace a história da reforma psiquiátrica no COSEMS". O empenho do CRP-SP, segundo Florianita, é para que a Psicologia Hospitalar se junte ao esforço dos gestores do SUS no sentido tanto da humanização dos atendimentos nos serviços de saúde, da Unidade Básica ao hospital, e que este último se transforme em um lugar onde se trata a saúde e o sujeito de relação e não apenas biológico que sofre de um mal orgânico. •

Daseinsanalyse e Esquizofrenia – Um estudo na obra de Medard Boss

Daseinsanalyse e Esquizofrenia - Um estudo na obra de Medard Boss, de Ida Elizabeth Cardinali é uma obra oportuna e bem-vinda. Desenvolvido como dissertação de mestrado, é uma preciosa contribuição para o entendimento e divulgação do pensamento de Martin Heidegger e de Medard Boss, especialmente no campo da daseinsanalyse clínica.

Trata-se de um estudo minucioso da obra de Medard Boss que esclarece, desde sua origem, os questionamentos que o levaram a procurar na filosofia, particularmente em Martin Heidegger, respostas para suas inquietações quanto à possibilidade de ajuda aos pacientes. Boss, desde estudante, preocupava-se com os limites dos estudos científicos que, baseados nos princípios das ciências naturais, não eram suficientes para compreender as especificidades do ser humano, tendo também ouvido de seu mestre Eugen Bleuler que as ciências da natureza não poderiam fornecer as respostas que tanto ansiava.

A primeira parte do livro nos apresenta, de forma didática e clara, como a fenomenologia se insere historicamente no pensamento da psiquiatria através de representantes significativos, tais como Jaspers, Minkowski, Von Gebsattel e Binswanger, sob a influência de Edmund Husserl e, posteriormente, Martin Heidegger. São evidenciadas aqui as diferentes compreensões do conceito de fenomenologia para cada um destes médicos e a sua interferência no entendimento do sofrimento humano.

Os trabalhos de Binswanger contribuíram para que Boss se aproximasse da Ontologia heideggeriana. Entretanto, Boss era motivado mais por questões propriamente terapêuticas enquanto Binswanger interessava-se por rever a psicopatologia. Boss procurou o contato direto com Martin Heidegger e, para sua surpresa, o filósofo mostrou-se interessado por suas questões.

Uma vez situado este contexto histórico, a autora nos conduz ao segundo capítulo de seu trabalho, quando apresenta a trajetória de Medard Boss e seu debate com a psiquiatria clássica e com a psicanálise freudiana, mostrando como os questionamentos do autor mantêm sua atualidade com relação à psiquiatria.

Neste terceiro capítulo, são apresentadas as principais idéias de Martin Heidegger desenvolvidas em sua obra *Ser e tempo* (1927/1988), que compreendem o existir humano como Dasein e a interpretação de suas principais estruturas, os existenciais. A autora se empenha numa rigorosa diferenciação dos âmbitos ontológico e ôntico, situando a analítica do Dasein e a daseinsanálise assim como são descritas em *Ser e tempo* e, com base no esclarecimento que Heidegger faz nos *Seminários de Zollikon*, apresenta os diversos sentidos possíveis de compreensão do termo daseinsanálise, afirmando que é possível uma ciência daseinsanalítica do homem assim como uma prática clínica daseinsanalítica.

No quarto capítulo, a autora se dedica à Daseinsanálise de Boss. Inicialmente, ressalta a análise de Boss da psiquiatria clássica e

da psicanálise que tomam o ser humano como um ente da natureza e utilizam os modelos das ciências da natureza no entendimento das doenças, entendidas como entidades nosológicas. Em seguida, diz a autora: “Segundo Boss, o estudo dos fenômenos humanos sadios e patológicos requer, primeiramente, o esclarecimento de sua natureza existencial, o qual permitirá deslocar o entendimento mais habitual do homem apoiado nos conceitos de razão, forças, impulsos, etc. para os modos de existir humanos. Mais especificamente, apenas quando o pesquisador conseguir ver o existir humano como Dasein, ser-no-mundo, ser-com-outro, é que ele conseguirá ver e compreender os fenômenos específicos no existir de uma dada pessoa, isto é, de acordo com a maneira como esta pessoa experiencia seu próprio existir.”

Outro aspecto original do pensamento de Medard Boss, que é apresentado de modo bastante claro neste capítulo, é a proposta de uma visão de gênese motivacional para o estudo das patologias. Diferentemente da noção estabelecida pelas ciências da natureza de etiologia das patologias, de uma determinação causal para a manifestação de uma doença, Boss propõe que se tenha uma visão de gênese motivacional, isto é, que se pense a etiologia como “ocasião que reúne, ao mesmo tempo, as solicitações, o entendimento humano e a manifestação de um comportamento específico do homem.”

No quinto capítulo, o livro trata da Psicopatologia daseinsanalítica. Aqui são tecidas considerações fundamentais sobre os conceitos de saúde e doença que caracterizam a visão da Daseinsanálise. Os existenciais descritos na análise do Dasein em *Ser e tempo* são aplicados às experiências dos estados sadios e patológicos, isto é, nos modos de existir de cada Dasein.

Com base em sua pesquisa através de toda a obra de Medard Boss, a autora ilustra a compreensão daseinsanalítica dos modos de existir saudável, neurótico, psicótico e apresenta a classificação das patologias psíquicas como perturbações do existir em sua afinação, em sua corporeidade, em sua espacialidade e em sua temporalidade e, finalmente, como perturbação na realização do ser-aberto e da liberdade.

A seguir, é apresentada a compreensão bossiana da patologia chamada esquizofrenia. Segundo Boss, as doenças de um modo geral revelam uma perturbação da realização da liberdade e da abertura para o mundo do existir humano. Ele compreende esta modalidade de perturbação da realização da liberdade e da abertura na esquizofrenia segundo dois modos denominados “des-limitação” e “limitação”.

A seguir é apresentado o caso de um paciente esquizofrênico atendido por Boss.

Em sua conclusão, a autora faz uma reflexão abrangente e profunda da perspectiva da Daseinsanálise como uma ciência ainda em seu começo e de como Boss empreendeu uma busca de novos fundamentos para uma ciência que compreendesse os doentes e as suas perturbações num corajoso esboço de uma



**Daseinsanalyse e Esquizofrenia –
Um estudo na obra de Medard Boss**
Ida Elizabeth Cardinali

“Lembramos que, em suas reflexões, ao mesmo tempo Heidegger antevê um rastro de esperança quanto ao risco do encobrimento do Ser e do ser humano; no entanto, o filósofo nos alerta sobre a importância de um questionamento incisivo sobre o domínio da técnica, através da reflexão aprofundada de sua essência, para poder surgir uma possibilidade nova.” (p.170)

patologia e uma terapêutica daseinsanalíticas. Nessa tarefa, teve sempre ao seu lado o próprio Heidegger como interlocutor.

O trabalho apresentado no livro de Ida Cardinali descreve o percurso do pensamento de Boss até onde ele conseguiu alcançar. Além disso, fica o convite da autora para prosseguir essa tarefa, uma vez que o desafio deixado pelo encontro do pensamento de Martin Heidegger e Medard Boss permanece atual para todos aqueles que compreendem o risco que significa o impressionante domínio da visão técnico-científica de nossa época. Cardinali conclui:

“Assim, entendemos que, mesmo que o conhecimento atual no campo psicológico, e principalmente psiquiátrico, não priorize as dimensões efetivamente humanas, preservar esta preocupação é uma maneira de o conhecimento sobre o homem manter acesa uma chama, para que ele não fique totalmente submetido aos requisitos científicos valorizados na atualidade.” (p.169)

Maria de Fátima de Almeida Prado

Diretora científica da Associação Brasileira de Daseinsanalyse
Psicoterapeuta
fprado@durand.com.br
Fones: 3082-9618 e 4191-1940

Estante

A cidadania por um fio – a luta pela inclusão dos apenados na sociedade

Esta obra apresenta uma prática sólida de implantação de penas alternativas à prisão. Estas penas são utilizadas no caso de pessoas que cometem delitos leves e que não oferecem perigo à sociedade, e assim, ao invés de ir para prisão, recebem uma penalidade que substitui a pena privativa de liberdade.

As restritivas de direitos estão previstas no Código Penal desde 1984 e com o advento da lei nº 9.714 de 25/11/98, que modificou os artigos 43, se dividiu em prestação pecuniária, perda de bens e valores, prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, interdição temporária de direitos e limitação de fim-de-semana.

Ao publicar o resultado deste trabalho, realizado em Maringá-Paraná, desde 1979, as organizadoras Maria Teresa Claro Gonzaga, Helena Maria Ramos dos Santos e Juliane Nanuzzi Bendí Bacarín colaboram decisivamente para instalação de propostas de políticas públicas para enfrentar a violência e resgatar a cidadania no Brasil. Trata-se, segundo as novas concepções, de garantir a proteção eficaz da comunidade graças à apreciação das condições em que o delito foi praticado, da situação pessoal do delinqüente, de suas possibilidades e probabilidades de recuperação e dos recursos morais e psicológicos com que se pode contar, com vistas a um verdadeiro tratamento de ressocialização. Dental Press, (44) 262-2425, 159 páginas, R\$ 20,00.

O bebê do século XXI e a psicologia em desenvolvimento

A área de desenvolvimento humano inicial tem tido grandes avanços nas últimas décadas. É um mundo fascinante de pesquisas empíricas rigorosas e criativas, ainda pouco conhecidas do público brasileiro. Inspirada por esses trabalhos, a organizadora Maria Lucia Seidl de Moura do livro fez uma provocação e um convite a um grupo de importantes pesquisadores da psicologia brasileira. Instigou-os a refletir sobre as implicações das evidências a respeito do bebê recém-nascido para a compreensão da mente humana à luz de suas perspectivas abordagens teóricas.

O resultado é apresentado nesta obra, com a convicção de que a psicologia é uma ciência em desenvolvimento, construída na indispensável regulação recíproca entre teoria e evidências empíricas. Conhecer o que se sabe sobre o bebê e o que isso significa para o entendimento da mente humana é de fundamental importância para os psicólogos, educadores, estudantes e pesquisadores das áreas de ciências humanas e sociais em geral. O público leigo interessado nesses temas, também encontrará um farto material atualizado sobre o qual refletir.

Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, 296 páginas, R\$ 37,00.

Cinema, velhice e cultura

Neusa Maria Mendes de Gusmão (organizadora). Os que aqui cruzam a sétima arte com tema acadêmico – a velhice – buscam criar “competências para ver”, trazendo para leitura e reflexão, não apenas o produto cultural – o filme, em si mesmo-, mas uma certa disposição, valorizada socialmente para analisar, compreender e apreciar as muitas histórias contadas em imagem, a fim de demonstrar que ver filmes depende de nossas experiências pessoais, do que se encontram ao nosso redor, do grupo social de que fazemos parte, de nossa origem e de nossa vida. Essa coletânea propõe processos de pensar/exemplificar a linguagem cinematográfica naquilo que, na prática pedagógica, possibilita compreender o alcance das imagens como parte do processo educativo, sem “escolarizar” ou “didatizar” o cinema. A

presente coletânea resulta de afetos, paixões e, também, de preocupações relativas a certas temáticas, como é o caso da velhice, mas também se preocupa com a educação e com os processos educativos entendendo que cinema é conhecimento e aprendizagem. Alínea, (19) 3232-9340, 140 páginas, R\$ 25,00.

Fundamentos da perícia psicológica forense

Sonia Liane Reichert Rovinski. A perícia psicológica forense é uma atividade em expansão. Apesar de crescente demanda, há pouca literatura a esse respeito em nosso país. Para atuar como perito, o psicólogo necessita revisar seus conhecimentos adquiridos na área clínica e adaptá-los ao sistema jurídico em que vai operar. Este livro propõe a discutir os aspectos técnicos e éticos envolvidos nessa atividade, por meio de uma revisão atualizada da literatura e de sua adaptação à realidade brasileira. Vektor, (11) 3283-5922, 178 páginas, R\$ 34,00.

Método Qualitativo – epistemologia, complementaridades e campos de aplicação

Sonia Grubits, José Angel Veranoriega (organizadores). A obra foi elaborada com uma estrutura que contempla uma apresentação das bases epistêmicas do método; em um segundo momento, uma apresentação das técnicas instrumentais que se referem às formas de incursionar na relação sujeito-objeto; e finalmente uma proposta de abordagem voltada ao campo da psicologia. Essa obra representa a busca de alternativas para a investigação do comportamento social, por meio da apresentação não exaustiva do estado da arte da investigação qualitativa e das interfaces desta com a investigação quantitativa. Áreas de interesse: psicologia, saúde mental, antropologia, sociologia. Vektor, (11) 3283-5922, 234 páginas, R\$ 36,00.

A pluralidade dos espelhos: potencial e realização no trabalho com grupos

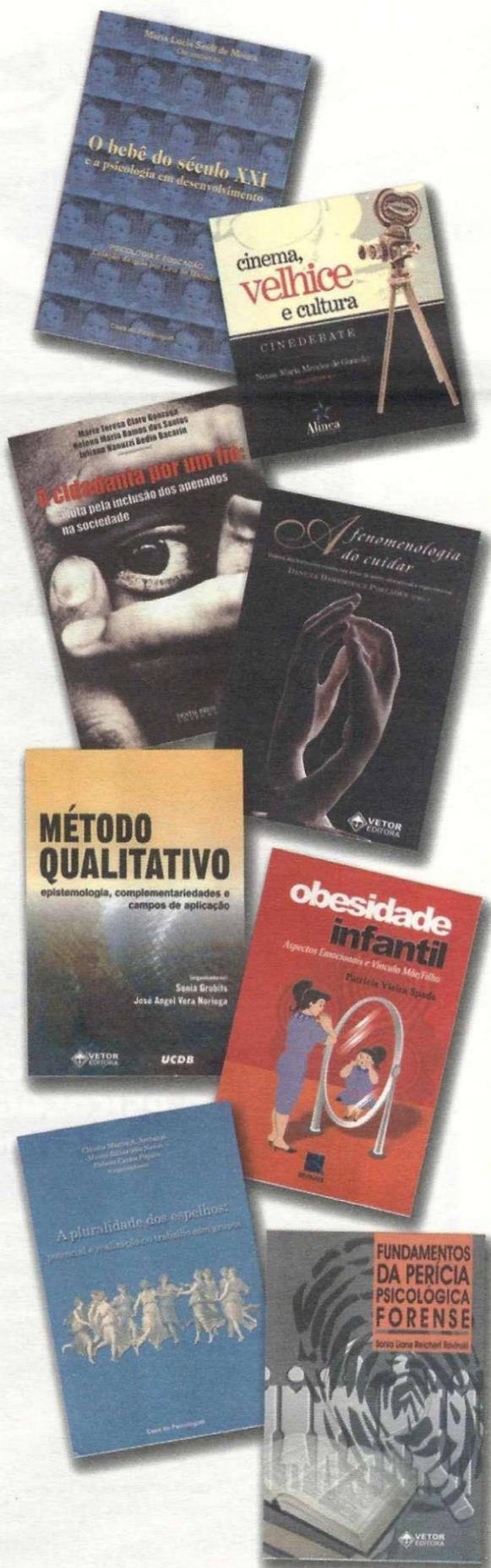
Cláudia Márcia A. Archanjo, Mauro Bilharinho Naves e Rubens Carlos Peguin (organizadores). Há algumas décadas, o movimento de estudo, divulgação e aplicação prática da dinâmica de grupo estava em pleno apogeu no país. Posteriormente, o movimento foi perdendo sua vitalidade. Na atualidade, existem claras evidências de que está havendo um sopro renovador. Esse revigoramento das múltiplas utilizações das técnicas grupais se deve à Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupo de Campinas que tem demonstrado uma dedicação, com garra e entusiasmo, pelo ensino, prática, estudo e divulgação dos fenômenos da dinâmica grupal. O livro visa abordar um largo leque de “temas de grupalidade” com um enfoque moderno e abordagem pluralista. A simples leitura do índice que numera os capítulos do presente livro escritos por autores diferentes guardam a formatação de uma “rede”, que os entrelaça em um conjunto único, sustentação por alicerce conceitual que os sustenta e unifica: a dinâmica dos grupos. Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, 212 páginas, R\$ 27,00.

A fenomenologia do cuidar: prática dos horizontes vividos nas áreas da saúde, educacional e organizacional

Danuta Dawidowicz Pokladec. Este livro apresenta um panorama do significado da fenomenologia do cuidar nas atuações das áreas da saúde, educacional e organizacional, reunindo textos de vários profissionais que atuam na abordagem fenomenológico existencial. Oferece ao leitor a oportunidade de se aproximar das possibilidades de atuação articuladas no horizonte desse campo. Vektor, (11) 3283-5922, 296 páginas, R\$ 36,00.

Obesidade Infantil

Patrícia Vieira Espada. A obesidade infantil é, hoje, considerada mundialmente um grave problema de saúde pública. Tem sido responsável por problemas antes exclusivos dos adultos, como colesterol alto, hipertensão e diabetes tipo 2, entre outros igualmente relevantes. O relacionamento entre mãe e filho é um dos fatores que tem importante papel na determinação desta condição nutricional, bem como na reversão desse quadro, que traz sérios riscos à saúde física, mental e emocional da criança e do adulto. A obra discute, de forma clara e assertiva, algumas questões relacionadas a esse vínculo, contribuindo com informações e levando o leitor a refletir sobre a qualidade das suas relações afetivas, sempre as vinculando ao excesso de peso. A autora chama a atenção para alguns prejuízos emocionais, que uma relação ruim entre mãe e filho pode causar, desencadeando ou mantendo, inclusive, o hábito da alta ingestão alimentar, tanto na mãe quanto na criança. Revinter, (21) 2563-9700, 37 páginas, R\$ 19,00.





Encontro sobre políticas públicas

O evento "Encontros sobre políticas públicas" promovido nos meses de fevereiro e março, pelo Banco Social de Serviços em Psicologia contribuiu para que a categoria pudesse discutir as condições de implementação das políticas públicas nos diferentes temas abordados nas ações do Banco. A participação de 1.200 profissionais nos dias das palestras demonstrou, segundo a coordenadora nacional do Banco, Otacília Batistelli, que essas discussões vão ao encontro da necessidade de os psicólogos se envolverem com os temas: Intervenções dos Psicólogos nos Processos Educacionais, Projeto de Apoio aos Familiares e Egressos do Sistema Penitenciário, Projeto Ética na Televisão, Projeto de Apoio Psicológico ao Trabalhador em Situação de Desemprego, Projeto de Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto, e Acompanhamento aos Usuários do Programa "De Volta pra Casa". O encontro foi organizado em parceria com a Unesco, Unicef e Ilanud.

Psicólogos são os primeiros a ter jornal em braile

No Dia Nacional de Luta pela Educação Inclusiva, instituído pela Psicologia em todo o Brasil como o 14 de abril, o Conselho Federal de Psicologia lançou seu jornal institucional em braile. Na história das profissões regulamentadas no Brasil é a primeira vez que se edita a publicação corporativa na linguagem de cegos. Em São Paulo, o jornal foi entregue simbolicamente pela presidente do CFP, Ana Bock, à portadora de deficiência visual Priscila Branca Neves, psicóloga registrada no CRP-SP desde março de 2005. A partir desta edição, o CFP vai cadastrar os profissionais com deficiência visual para lhes enviar o jornal em braile e ter a dimensão do universo dos psicólogos nessa condição. Em São Paulo, o cadastramento pode ser feito pelo telefone (11) 3063-3959 e pelo e-mail atendimento@crpsp.org.br.

A publicação em braile é uma das ações do Sistema Conselhos de Psicologia, no Dia Nacional de Luta pela Educação Inclusiva, que envolve manifestações por todo o Brasil e uma carta aberta aos governos federal, estaduais e municipais. A Psicologia questiona o modelo nacional de inclusão educacional, que não prevê a inclusão de forma plena: por exemplo, apenas 4,8% das escolas públicas brasileiras de educação básica possuem sanitários adequados aos alunos com necessidades especiais e apenas 3,7% possuem adaptações nas dependências e vias de acesso especiais.

INFORME PUBLICITÁRIO

CEPSIC
CENTRO DE ESTUDOS PSICANALÍTICOS

Inscrições abertas para o
CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE
Credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia

Coordenação: Ernesto Duvidovich (CRP 06/07745-1) e Walkiria Del Picchia Zanoni (CRP 5039/6.a)

Início: agosto de 2005 / **Duração:** 6 semestres

Horários: 3ª feira: das 19h30 às 22h30 ou
5ª feira: das 18h às 21h

Inscrições: de abril a agosto

Informações pelos telefones: 11 3864-2330 / 3865-0017 ou
www.centropsicanalise.com.br / cep@centropsicanalise.com.br
Rua Alm. Pereira Guimarães, 378 - Pacaembu /SP

HC HOSPITAL CLÍNICAS FMUSP | Divisão de Psicologia do Instituto Central do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e **CEPSIC - Centro de Estudos em Psicologia da Saúde** | Instituto Central HC-FMUSP

III CONGRESSO INTERAMERICANO DE PSICOLOGIA DA SAÚDE:

TERRITÓRIO E PERCURSOS DO PSICÓLOGO HOSPITALAR

9 a 11 de junho de 2005

"O mapa não é o território!"

Adoecimento físico e experiência emocional
Tecnologias médicas e interdisciplinaridade: desafios
O paciente hospitalar: a subjetividade individual e a coletiva
Medidas de eficácia das psicoterapias

Convidado Internacional Confirmado | **CLAUDE FISCHLER (França)**
"Representação do corpo e alimentação: uma perspectiva transcultural"

LOCAL | Centro de Convenções Rebouças | São Paulo | SP | Brasil
INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES | 11 3064 3186 | 3069 6459 | www.cepsic.org.br | dipich@hcnet.usp.br
TEMAS LIVRES E POSTERS | Envio de resumos até 4 de abril de 2005

2º PRÊMIO MONOGRÁFICO CEPSIC
R\$ 9.000,00 em prêmios | inscrição e envio de trabalhos até 11 de abril de 2005

CEPSIC | Casa do Psicólogo | ABRAPEP | abranep

Subjetividade indígena

O Seminário "Subjetividade e os Povos Indígenas", promovido pelo Conselho Federal de Psicologia em parceria com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), realizado do dia 05 a 07 de novembro, constará da publicação da Série Gente da Terra juntamente com o Seminário "Subjetividade e a Questão da Terra". Destes encaminhamentos, destaca-se a indicação para realização de encontros regionais entre a Psicologia e os povos indígenas promovidos pelos CRP's, com apoio do CFP e CIMI; a necessidade de identificação de psicólogos que desenvolvam trabalhos com a temática indígena em órgãos governamentais como a FUNASA e a FUNAI e que o Sistema Conselhos de Psicologia possa conhecer e apoiar a luta dos povos indígenas.

O seminário visou dar continuidade a uma política conjunta do Sistema Conselhos de Psicologia direcionada à questão da terra. Foi sugerido que o mapeamento dos psicólogos que trabalham com a temática indígena, seja feito por meio de formulário eletrônico ou link disponível no site POL; que um dos temas da Comissão de Direitos Humanos contemple a violência no campo a qual estão submetidos tantos os assentados/acampados quanto os povos indígenas; e que os desdobramentos dos seminários nos Conselhos Regionais sejam acompanhados para congregar esforços, dar visibilidade e apoiar idéias e projetos que objetivam tornar a psicologia mais brasileira.

I Congresso Brasileiro de Psicoterapia

Em 10 e 11 de outubro de 2005, ocorrerá, em Belo Horizonte, o I Congresso Brasileiro de Psicoterapia: Tendências Atuais em Psicoterapia: Convergências e Diferenças.

É um evento que reúne psicólogos, psiquiatras e psicoterapeutas de formações diversas promovido pela Associação Brasileira de Psicoterapia (ABRAP) com o Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Regional de Psicologia – SP em conjunto com o II Encontro Brasileiro de Psicoterapia da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP).

Além de trabalhos teóricos e clínicos das diferentes abordagens psicoterápicas, pesquisadores brasileiros e internacionais debaterão as convergências e divergências na psicoterapia contemporânea; as interfaces da psicoterapia com neurociências, psicogenética, lingüística, antropologia, etc. Também serão discutidas a formação do psicoterapeuta e a inserção da psicoterapia na sociedade contemporânea e suas perspectivas. Haverá mesas específicas sobre questões clínicas. Informações: (13) 3271-2430.

VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

No ano em que se comemoram 15 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, será realizada a VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o tema "Controle social, participação e garantia de direitos - por uma política nacional para a criança e o adolescente" de 21 a 25 de novembro. O ECA, no âmbito municipal/regional as conferências deverão ser realizadas até 30 de junho de 2005. No entanto, uma das leis mais avançadas do planeta, continua deslocada do que é por ela preconizado. Persistem, no dia-a-dia, situações que variam entre a doutrina da situação irregular e a doutrina da proteção integral; entre as violações e a efetiva garantia de direitos.

O tema da VI Conferência vai propor uma reflexão nacional com a sociedade e com o governo com o objetivo de reconhecer, valorizar e, sobretudo, promover a ampliação da participação e do controle social e do apoio institucional, para a consolidação do princípio da prioridade absoluta preconizado pela Constituição Federal e pelo ECA. Informações: www.condeca.sp.gov.br

Febem

O Conselho Regional de Psicologia está acompanhado a situação da Febem em São Paulo e promovendo algumas ações. Foi criado um grupo de trabalho que tem se reunido com os psicólogos que trabalham na instituição para discutir a crise da instituição. Foi publicado um manifesto que se encontra no *site*, além dos debates sobre tortura e experiências de outros Estados na aplicação de medidas de privação de liberdade para adolescentes em conflito com a lei. Informações sobre as reuniões do GT, no CRP, pelos telefones (11) 3061-9494 ramal. 347 ou por e-mail: secretaria@crpsp.org.br

BALANÇO FINANCEIRO

período de 01|01|2004 a 31|12|2004

(expresso em reais-eliminado centavos)

Esta demonstração propicia informar, sinteticamente, o resultado das contribuições e suas aplicações no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2004.



Receitas

Receitas de Contribuição	8.422.828
Receitas de Contribuições de anos anteriores	1.215.219
Receitas Patrimonial	551.762
Receitas de Serviços	91.609
Outras Receitas	757.594
Receita Extra Orçamentária	49.333
Total das Receitas Brutas	11.088.345

Transferencias (-)

Conselho Federal de Psicologia - Cota Parte	2.640.213
---	-----------

Total das Receitas Líquidas	8.448.132
------------------------------------	------------------

Despesas (-)

Pessoal, Encargos Trabalhistas e Diárias	3.126.164
Materiais de Consumo	261.967
Energia Elétrica, Telefonia, Postagem e Água	689.015
Limpeza, segurança manutenção	225.873
Impressão Grafica	564.506
Transporte e Hospedagem	396.182
Congresso, Fóruns e Eventos	685.969
Serviços de Assessoria	373.057
Aluguel, Condomínio e Locação	156.243
Imposto, Taxas e Tarifas Bancárias	149.145
Total das Despesas de Operações	6.628.121

Investimentos (-)

Instalações	17.717
Máquinas Motores e Equipamento	12.046
Mobiliário em Geral	20.718
Equipamentos de Informática	86.943
Total dos Investimentos	137.423

Superávit financeiro do exercício	1.682.587
--	------------------

Superávit financeiro de exercício anterior	3.442.642
---	------------------

Superávit financeiro acumulado em 31/12/2004	5.125.229
---	------------------

Notas relevantes

Esta Demonstração de Resultado é uma adaptação do Balanço Financeiro exigido pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas atualizações e foi encaminhado ao Conselho Federal de Psicologia onde fica à disposição do Tribunal de Contas da União (TCU).

Célia Pereira de Oliveira
Contadora-CRCSP-131195

Elisa Zaneratto Rosa
Conselheira Tesoureira